

## ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis meses	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital de-  
ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO da  
Lisboa, na imprensa nacional, aonde igual-  
mente se deve remetter, franca de porte, a  
correspondencia das provincias, assim co-  
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO  
de LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações lit-  
terarias, de que se receberem dois exem-  
plares.

## ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Communicados e correspondencias, por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim  
a official como a particular, ou seja para  
realizar assignaturas da folha, ou para a  
publicação de editaes, annuncios ou com-  
municados, deve vir acompanhada da im-  
portancia das assignaturas ou do preço das  
publicações pedidas, sem o que não se lhe  
dará destino. Os annuncios serão dirigidos  
à loja da venda do DIARIO de LISBOA, rua  
Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam  
sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—1.ª Secção

DESPACHOS POR DECRETOS DO MEZ DE ABRIL DE 1860  
NAS DATAS ABAIXO INDICADAS

- Bacharel Miguel de Mello da Fonseca Coutinho—nomeado para o lugar de administrador do concelho de Mondim, vago pela exoneração do bacharel Joaquim Marques Paúl.
- Antonio Moniz Barreto Corte Real, José Maria Sieuve de Menezes, João Pereira Forjaz de Lacerda, e Luiz Antonio Nogueira—nomeados para vogaes effectivos do conselho de districto de Angra do Heroismo, no biennio de 1860 e 1861; Estilano Ignacio Parreira, Thomé de Castro, Antonio Sieuve de Segueira Camello Borges, e Egas Moniz Barreto do Couto—nomeados para vogaes substitutos do mesmo conselho.
- Felix de Andrade Roby Porto Pedrosa, visconde da Carreira, Luiz Pedro Jacome de Calheiros e Menezes, e Domingos Affonso da Espergueira—nomeados para vogaes effectivos do conselho de districto de Vianna do Castello no biennio de 1860 e 1861; Manuel Felix Mancio da Costa Barros, José de Almeida Barbas, João Coelho de Castro Villas Boas e Sá, e Candido de Agorreta Pereira de Miranda—nomeados para vogaes substitutos do dito conselho.
- Francisco Amancio da Silveira Moniz, Francisco Machado de Faria e Maia, João Soares de Albergaria, e Verissimo de Aguiar Cabral—nomeados para vogaes effectivos do conselho de districto de Ponta Delgada, no biennio de 1860 e 1861; Ernesto do Canto, Amancio Gago da Camara, Balthazar Rebelo Borges, e Jacinto Leite Pacheco de Bittencourt—nomeados para vogaes substitutos do referido conselho.
- José Maria de Sá Pereira e Moura—nomeado para o lugar de administrador substituto do concelho de Benavente, vago pela exoneração de João Rodrigues de Azevedo.
- João Bernardo Frazão—nomeado para o lugar de administrador substituto do concelho de Ferreira do Zezere, vago pela exoneração de André Ferreira Correia de Carvalho.
- João de Deus—nomeado para o lugar de administrador substituto do concelho de Aviz, vago pela exoneração de Antonio de Carvalho.
- Bacharel José Gomes Arouca—nomeado para o lugar de administrador do concelho de Almada, vago pela exoneração do bacharel João Rodrigues.
- Joaquim Rodrigues Batalha, tenente coronel reformado—nomeado para o lugar de administrador do concelho de Oeiras, vago pelo fallecimento de José Hyppolyto de Almeida.
- Adriano Joaquim Lopes de Lobão—confirmado na serventia vitiçal do officio vago de escrivão da camara municipal do concelho de Freixo de Espada à Cinta.
- José Nicolau da Rocha Faria Machado—nomeado para o lugar de administrador do concelho da Ponte da Barca, vago pela exoneração de Plácido de Vasconcellos Azevedo Athayde e Menezes.
- Abilio da Cunha, José da Silva Netto, Jeronymo Augusto de Bivar, e José Ramalho de Macedo Ortigão—nomeados para vogaes effectivos do conselho de districto de Faro no biennio de 1860 e 1861; José Gonçalves da Cruz Viva, Antonio Caetano da Costa Inglez, José Antão Barata Salgueiro, e José Marciano Correia Belles—nomeados para vogaes substitutos do mesmo conselho.
- Francisco Antonio Gonçalves, subdito hespanhol—naturalizado cidadão portuguez.
- Bacharel Ayres Guedes Coutinho Garrido—nomeado para o lugar de governador civil do districto de Beja, vago pela exoneração de João Rodrigues da Cunha Aragão Mascarenhas.

#### 2.ª Secção

- Junta parochial de Alcantarilha—licença para dar de aforamento quarenta e quatro terrenos baldios que possue.
- Confaria de Santa Cruz e Passos da cidade de Angra do Heroismo—approvação dos seus estatutos.
- Confaria de Santo Antonio de Padua da cidade da Horta—approvação dos seus estatutos.

#### REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effectos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver requerido, por este ministerio, João Maria de Sousa, cabo de esquadrã n.º 51 da primeira companhia de infantaria da guarda municipal de Lisboa, o pagamento do que se ficára devendo a seu fallecido pae, Antonio José de Sousa, soldado que foi n.º 30, da sexta companhia da mesma guarda municipal.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

2.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os officios do procurador regio junto da relação do Porto de 27 de abril preterito, e do conselheiro presidente da mesma relação de 1 do corrente mez de maio, acerca do facto de um escrivão se ter recusado a passar certidão de um processo, que por um dos delegados do mesmo procurador regio lhe havia sido requisitada: manda declarar ao mencionado conselheiro presidente que approva o procedimento por elle havido neste objecto, ordenando ao escrivão que satisfizesse a requisição que lhe tinha sido feita, segundo a faculdade que lhe confere o artigo 47.º, n.º 25, da novissima reforma judicial: e para que não possam repetir-se mais factos d'esta natureza, que, contrariando as leis e

princípios que regem a organização judicial, perturbam a boa ordem de administração:

Considerando que o ministerio publico não é, nem pôde ser tido, como uma simples parte litigante nos processos em que intervem; nem como inteiramente estranho a aquelles que correm sem sua immediata intervenção; porque, representando a sociedade, da qual é órgão perante os tribunales, nada do que n'elles se passa lhe pôde ser occulto, quando elle julgue necessario á ordem publica, e aos interesses da sociedade que representa, conhecê-lo;

Considerando que esta faculdade, derivada da natureza das suas funções, resulta igualmente da disposição dos artigos 55.º, n.º 4, e 92.º da novissima reforma judicial;

Considerando que, tratando especialmente da materia sujeita, a obrigação de entregar aos magistrados judiciais as certidões de que estes carecem para o desempenho das suas funções é imposta aos escrivães pela ord. liv. 1.ª, tit. 24.º, §§ 30.º, 31.º e 48.º; liv. 2.ª, tit. 53.º, § 10.º; decreto de 14 de agosto de 1766; regulamento do ministerio publico de 15 de dezembro de 1833, artigo 16.º; decreto de 2 de dezembro de 1836, artigo 32.º; e unico; e novissima reforma judicial, artigo 76.º, n.º 7;

Considerando que já neste sentido foi resolvido um conflicto d'esta natureza, levantado entre o delegado do procurador regio e juiz de direito da comarca de Elvas, por accordo da relação de Lisboa de 31 de agosto de 1854;

Considerando que esta doutrina se acha expressamente consignada na portaria do ministerio da justiça de 17 de abril de 1855;

Manda que o referido conselheiro presidente, fazendo admoestar por aquella falta o escrivão a quem se refere o supra mencionado officio, dê conhecimento d'esta portaria a todos os juizes que pertencerem ao seu respectivo districto judicial, para os competentes effectos.

Paço, em 10 de maio de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES

VENDA DE BENS NACIONALES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO  
E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos se annuncia que vão andar em praça as propriedades constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer; devendo o seu pagamento verificarse nos cofres respectivos, dentro de trinta dias, pela forma seguinte: metade em moeda corrente e metade em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal, nos termos do referido decreto de 21 de outubro e de 18 de dezembro de 1852, que reduziu a 3 por cento o juro de toda a divida fundada; sendo porém livre aos arrematantes pagar em prestações e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento, conforme o artigo 7.º do mesmo decreto; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça a que as propriedades serão levadas; bem como inibidos de lançar n'ellas: tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837 e mais disposições posteriores.

#### Lista 1246-A

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL  
DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO  
NO DIA 13 DE JULHO DE 1860

Primeira forma  
Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1848  
DISTRICTO DO FUNHAL  
CONCELHO DE MACHICO

Bens que foram do padre Manuel José da Paixão  
27970 Uma porção de terra de sementeira, no sitio do Valle de Goes, onde chamam o Descandouro, de que é colono João de Gouveia: confronta pelo norte e oeste com herdeiros de Domingos Nunes, sul com proprios nacionaes, e leste com Antonio Luiz Rodrigues e outros, alqueirada em cinco alqueires—15\$000.

27971 Uma porção de terra de sementeira, no sitio do Valle de Goes, Pizarro: confronta pelo norte e leste com Fernando José de Mesquita, sul com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça, e oeste com o ribeiro do Valle de Goes, alqueirada em cinco alqueires, da qual é colono João de Aveiro—12\$500.

27972 Uma porção de terra de sementeira, no sitio do Valle da Forca, banda de Manuel Franco: confronta pelo norte com Antonio Joaquim Rodrigues Romão, sul com Leandro Antonio Rego, leste com o lombo da Giesta, e oeste com Antonio Nunes de Viveiros, alqueirada em dois alqueires, e da qual é colono Antonio Rodrigues Romão—6\$000.

27973 Uma porção de terra de sementeira, no sitio da Pedreira, de que é colono João da Matta: confronta pelo norte com herdeiros de José Nunes de Viveiros, sul com o caminho da Pedreira, leste com proprios nacionaes, e oeste com os ditos herdeiros de José Nunes, alqueirada em um alqueire—4\$000.

27974 Uma porção de terra de sementeira, no sitio do Lombo do Gil, de que é colono Antonio Rodrigues Romão: confronta pelo norte com terra da misericórdia, sul com Antonio Joaquim Rodrigues Romão, leste com D. Maria Tojal, e oeste com o dito Romão, alqueirada em dois alqueires—4\$000.

27975 Uma porção de terra de sementeira, no sitio do Loural: parte do norte com Marcos da Camara e outros, sul com o morgado Doria, leste com Paula da Graça, e oeste com a Pestana de Lombo da Esmoitada do Sodado, alqueirada em cincoenta alqueires—50\$000.

27976 Uma porção de terra de sementeira, no sitio da Terra Chã, que confronta do norte com herdeiros de Manuel Gouveia de Menezes, sul com herdeiros de Manuel Franco, leste com herdeiros do major Mesquita, e oeste com herdeiros de Manuel de Freitas, alqueirada em oito alqueires—10\$000.

27977 Uma porção de terra de sementeira, no sitio da Margaga, de que é colono Joaquim Vieira:

confronta pelo norte com Antonio Luiz Rodrigues, sul e leste com proprios nacionaes, e oeste com Luiz Bittencourt, alqueirada em uma quarta—2\$000.

27978 Uma porção de terra de castanheiros, no sitio da Margaga: confronta pelo norte e oeste com Carlos Blandi, sul com herdeiros de Sebastião Leal, e leste com herdeiros de Francisco Nunes e o ribeiro da Ermda, alqueirada em dois alqueires—20\$000.

27979 A nona parte de uma porção de terra de inhame e horta, no sitio do Cerrado de Baixo, onde chamam a Horta de Helena, que confronta pelo norte e leste com João Antonio e proprios nacionaes, sul com herdeiros de Paulo José Fernandes, proprios nacionaes e outros, e oeste com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça e outros, alqueirada a nona parte em seis maquias—7\$500.

27980 Uma porção de terra de sementeira, no sitio da Pedreira: confronta pelo norte com herdeiros de José Nunes de Viveiros, sul com Fernando José de Mesquita, leste com Maria de Mendonça, e oeste com Filipe Nery Moniz, alqueirada em cinco alqueires, da qual é colono João de Gouveia—25\$000.

27981 Uma porção de terra de sementeira, no sitio da Eva do Scião: confronta pelo norte com o morgado Christovão da Camara, sul e oeste com o morgado Agostinho Raymundo, e leste com D. Maria do Monte Moniz, alqueirada em dois alqueires, e da qual é colono Manuel Joaquim—6\$000.

Bens que foram dos herdeiros de Antonio João de Ornellas

27982 Uma porção de terra, no sitio da Ribeira Grande, onde chamam as Covas; confronta pelo norte com Fernando José de Mesquita e Camara, sul com a Levada da Rocha, leste com Luiz Antonio Rodrigues, e oeste com João de Freitas Correia da Silva, alqueirada em quatro alqueires, da qual é colono Manuel Franco—12\$000.

27983 Uma porção de terra de sementeira, no sitio da Rossada: confronta pelo norte com Manuel de Sousa e outros, sul com o ribeiro da Rossada, leste com proprios nacionaes, e oeste com João de Vasconcellos Freire e outros, alqueirada em cinco quartas, e da qual são colonos os herdeiros de Antonio de Vasconcellos—15\$000.

27984 Uma porção de terra de urral, no sitio da Fonte da Prata: confronta pelo norte com Antonio Joaquim Rodrigues Romão, sul e oeste com o major Antonio Ludgero de Menezes, e leste com o morgado Sebastião Joaquim de Mendonça, alqueirada em oito alqueires—4\$000.

Bens que foram de José da Silva

27985 Uma porção de terra de inhame e calhau, no sitio do Canto do Muro: confronta pelo norte, sul e leste com terras da camara municipal, e oeste com o muro grande, alqueirada em cinco quartas, de que é colono José da Silva—10\$000.

27986 Uma porção de terra de sementeira, no sitio da Margaga, de que são colonos Joaquim Vieira e outros: confronta do norte com Frederico Bianchi, sul com Antonio Constantino de Brito, leste com o ribeiro da Ermda, e oeste com Antonio Luiz, alqueirada em tres alqueires—16\$000.

Bens que foram de D. Anna Heredia

27987 Uma porção de terra, no sitio de Maroucos, de que é colona Maria de Freitas: confronta do norte com a Levada da Rocha, sul com a ribeira, leste com Augusto Cesar de Oliveira, e oeste com Valentim Leal, alqueirada em tres quartas—20\$000.

Somma R. .... 239\$000

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 1 de maio de 1860.—*Antonio Augusto Pereira da Silva.*

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

Repartição central

2.ª Secção

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E o governo autorisado a conceder aos officiaes e mais praças, facultativos e empregados de saude, officiaes de fazenda militar, e capellães, que compozerem o destacamento destinado á provincia de Angola, as seguintes vantagens:

1.ª Para reforma, para baixa, para concessão de condecorações ou passagem a veteranos, o dobro do tempo que decorrer desde o dia em que o destacamento sair do porto de Lisboa até aquelle em que no seu regresso desembarcar em Portugal.

2.ª O dobro do respectivo vencimento de soldo, gratificação e pret, durante o referido tempo.

Art. 2.º Aos individuos especificados no artigo antecedente, que se impossibilitarem no serviço, e ás familias dos que fallecerem por effeito de ferimento em combate, por desastre, ou por molestias endemicas devidamente comprovadas, serão applicadas as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 3.º Aos officiaes e mais praças da armada, que tomarem parte nas operações de terra na mencionada provincia, e bem assim ás familias d'estes, serão extensivas as vantagens concedidas nesta lei.

§ 1.º As disposições do artigo 2.º serão tambem applicadas aos militares pertencentes ás tropas de Angola, que desde a data da publicação d'esta lei se impossibilitarem do serviço por effeito de ferimento em combate.

§ 2.º As familias dos militares nas circumstancias do que antecedente, que fallecerem por effeito de ferimento em combate, serão tambem applicaveis as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar inteiramente como n'ella se contém. O ministro e secretario d'estado interno dos negocios da guerra, e o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e do ultramar, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, em 11 de maio de 1860.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Visconde da Senhora da Luz*—*José Marcelino de Sá Vargas*.—Logar do sello grande das armas reais.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das cortes geraes de 9 do presente mez, que autorisa o governo a conceder diversas vantagens aos officiaes e mais praças, facultativos e empregados de saude, officiaes de fazenda militar e capellães, que compozerem o destacamento destinado á provincia de Angola, e bem assim ás suas familias no caso d'estes fallecerem por effeito de ferimento em combate, desastre, ou por molestias endemicas; fazendo igualmente extensivas algumas das mesmas vantagens aos officiaes e mais praças de pret da armada, que tomarem parte nas

operações de terra na mencionada provincia, aos militares pertencentes ás tropas de Angola e respectivas familias: manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém pela forma retró declarada.—*Para Vossa Magestade ver.*—*Antonio Maria Gomes* a fez.

#### RETIFFICACÃO

No *Diario de Lisboa* n.º 110, datado de hontem segunda-feira, 14 do corrente, quando na carta de lei da pensão concedida á duquesa da Terceira se cita no artigo 2.º o decreto de 18 de outubro de 1833—leia-se—de 1836.

### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Nota dos preços correntes dos fundos publicos na praça de Londres, em 8 de maio de 1860

Consolidados	(em dinheiro)	95 a 95 1/4
	(em conta)	95 a 95 1/4
Fundos da India		106 1/2 a 106 1/2—106 1/2—106 3/4

#### FUNDOS ESTRANGEIROS

Austriacos	de 5 por cento	— a —
Belgas	de 2 1/2 " "	97 a 98
	de 1858, de 4 1/2 por cento	90 a 92—91 1/2
Brazileiros	de 1852	90 a 92
	de 5 por cento	99 a 101—100—100 1/2
	de 6 " "	104 a 106
Chilenos	de 3 " "	71 a 73
	de 4 1/2 " "	86 a 87
Dinamarquezes	de 3 " "	— a —
	de 5 " "	— a —
Allemaes	de 2 1/2 " "	65 a 67—66 1/4
	de 4 " "	100 a 102—101
Mexicanos	de 3 " "	21 1/2 a 21 1/2—21 1/2—21 1/2
Peruvianos	de 4 1/2 " "	91 1/2 a 92 1/2
	de 3 " "	69 1/2 a 70 1/2
Russos	de 4 1/2 " "	65 a 65 1/2 ex-div.—65 1/2
	de 5 " "	97 a 99
Sardos	de 5 " "	107 a 109—108
	de 3 " "	85 a 87—86 1/2
	differida	47 1/2 a 48 1/2—48 1/2—48 1/2
Hespanhoes	passiva	37 1/2 a 38 1/2—37 1/2—38 1/2
	certificados	15 a 16
	interna, de 3 por cento	4 1/2 a 5
Turcos	de 4 " "	77 1/2 a 77 1/2—77 1/2—73 1/4
	de 1858, de 6 por cento	101 a 101 1/2
	de 1858, de 3 " "	61 1/2 a 62—61 1/2—62 1/4
Portuguezes	de 1856—1857—1859	45 a 46—45 1/2—45 1/2
	differida	44 1/2 a 45 1/2

Emprestimo brasileiro de 4 1/2 por cento—4 1/4 des.—1/4 premio.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 14 de maio de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda.*

#### REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Hei por bem ordenar, em virtude da carta de lei de 13 de agosto de 1856, ouvido o conselho d'estado, que no ministerio dos negocios da fazenda se abra a favor do das obras publicas, commercio e industria, um credito supplementar pela quantia de 3:750\$000 réis, para pagamento á companhia *vição portuense*, da sexta prestação correspondente a quinhentas acções com que o governo subscreeu para a construção da estrada de Villa Nova de Falmalhão a Guimarães.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda, e das obras publicas, commercio e industria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 9 de maio de 1860.—*REI*.—*José Maria do Casal Ribeiro*—*Antonio de Serpa Pimentel*.

Usando da faculdade concedida ao governo pelo § 8.º do artigo 2.º da carta de lei de 15 de julho de 1857, mandada vigorar pela de 16 de abril de 1859: hei por bem ordenar, ouvido o conselho d'estado, que no ministerio dos negocios da fazenda se abra a favor do das obras publicas, commercio e industria, um credito supplementar pela quantia de 3:091\$293 réis, para pagamento dos juros e amortisação garantidos á companhia *vição portuense*, pela construção da estrada de Braga ao Porto, sendo 1:080\$000 réis amortisação de 2 por cento sobre 54:000\$000 réis, relativa ao anno civil de 1858, e 2:011\$293 réis, importancia dos juros de 4 por cento contados sobre 51:122\$695 réis, desde o 1.º de janeiro a 22 de março, e sobre 50:042\$695 réis desde 23 de março a 31 de dezembro do mesmo anno.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda, e das obras publicas, commercio e industria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 9 de maio de 1860.—*REI*.—*José Maria do Casal Ribeiro*—*Antonio de Serpa Pimentel*.

#### Repartição central

Sua Magestade El-Rei ha por bem demittir a Joaquim Ignacio Bastos do lugar de mordomo do instituto agricola de Lisboa, para que havia sido nomeado por portaria de 12 de janeiro de 1856.

Paço das Necessidades, em 12 de maio de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel*.

#### DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de minas—2.ª Secção

En El-Rei faço saber aos que este meu alvará virem, que tendo-me sido presente o requerimento em que Diederich Mathias Fewerheerd pede que nos termos do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, e respectivo regulamento de 9 de dezembro de 1853, se lhe faça a concessão definitiva da mina de chumbo sita no Coval da Mó e Bocanha, concelho de Sever do Vouga, districto administrativo de Aveiro:

Considerando que o requerente obteve, por portaria de 30 de maio ultimo, a concessão provisoria d'esta mina, e que satisfizesse aos preceitos do artigo 25.º do citado decreto, apresentando no ministerio das obras publicas, commercio e industria, a planta em que está indicado o plano geral da lavra;

Considerando que Adolpho Leuschner, engenheiro proposto pelo requerente, está habilitado para, segundo as regras de arte, dirigir os trabalhos da referida mina;

Tendo em vista a consulta a este respeito havida do conselho de minas, na qual o mesmo conselho julga satisfeitas as disposições da lei e habilitado o requerente para a concessão definitiva do sobredito jazigo:

Hei por bem, conformando-me com o parecer do referido conselho de minas, conceder por tempo il-

limitado a Dierich Mathias Fewerheerd a propriedade da mina de chumbo, sita no Coval da Mó e Bocanha, concelho de Sever do Vouga, districto administrativo de Aveiro, ficando obrigado, em virtude da presente concessão, ás seguintes prescripções:

1.ª Executar os trabalhos de mineração conforme as regras de arte, submettendo-se os donos, empregados e trabalhadores, ás regras da policia designadas nos regulamentos.

2.ª Responder por todos os damnos e prejuizos que por causa da lavra resultar a terceiro.

3.ª Resarcir os damnos e prejuizos que possam sobrevir a terceiro por causa do apparecimento de aguas dentro da mina, sua conducção para fora ou incorporação em rios, arroios, ou desagudouros.

4.ª Resarcir aos vizinhos os prejuizos que se ocasionarem pelas aguas accumuladas nos seus trabalhos, se, tendo sido intimado, não as secar no tempo que se lhe marcar.

5.ª Dar principio aos trabalhos dentro do prazo de dois mezes, contados da data do decreto da concessão, ficando salva a

e respectivo regulamento, em tudo que possa ser-lhe applicado.

Hei outrossim por bem determinar que, para os fins acima designados, seja concedido o terreno que se acha indicado na planta que baixa com o presente alvará, e que é limitado pelos cinco seguintes pontos: confluentes da ribeira de Fraguas e do Caval, capella do logar da Igreja, e os marcos segundo, primeiro e oitavo da mina contigua do Braçal, constituindo um poligono A B C D E, que comprehende uma superficie de 3.689.000 metros quadrados.

Pelo que mando a todos os tribunales, autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'este meu alvará competir, que o cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, tão inteiramente como n'elle se contém. Não pagou direitos de mercê por os não dever. E por firmeza do que dito é, este vai por mim assignado e sellado com o sello das armas reaes e com o da causa publica.

Dado no paço das Necessidades, aos 2 de maio de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.—Logar do sello grande das armas reaes.

Alvará pelo qual Vossa Magestade ha por bem conceder a Diederich Mathias Feuerherd a propriedade da mina de chumbo sita no Coval da Mò e Bocanha, concelho de Sever do Vouga, distrito administrativo de Aveiro, pela forma e com as prescripções retró declaradas.—Para Vossa Magestade ver.—Passou-se por decreto de 10 de janeiro de 1860.—João da Gama Barroso o fez.—Logar do sello da causa publica.—Pagou 105000 réis de sello e 18000 réis de imposto em 26 de abril ultimo.—Lisboa, 4 de maio de 1860.—N.º 74.—Vinha Lobo.

# SECÇÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 891—recorrente, a camara municipal do concelho de Villa do Conde—recorrido, Antonio Joaquim da Silva Guimarães—relator o ex.ºmº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, sobre o recurso interposto pela camara municipal de Villa do Conde, de um accordo proferido pelo conselho de distrito do Porto, em 21 de julho de 1858:

Mostra-se que a recorrente, tendo, com approvação do conselho de distrito, estabelecido no orçamento municipal do anno economico de 1857 para 1858, entre outras contribuições indirectas sobre generos de consumo, a de 20 réis em cada arroba de fíggo que se vendesse no concelho, passou a arrendar este tributo, declarando em uma das condições da arrematação, que se entenderia como fíggo de consumo todo o que se vendesse tanto para alimento como para destillação;

Mostra-se que o arrematante, fundando-se n'uma interpretação erronea d'esta declaração fez intimar a Antonio Joaquim da Silva Guimarães, para que pagasse aquelle imposto não só pelo fíggo que vendera a retalho, mas igualmente pelo que destillára no alambique da sua fabrica;

Mostra-se que o intimado, recorrendo d'esta exigencia para a camara municipal, e sendo por ella desatendido, recorreu para o conselho de distrito, o qual no mencionado accordo, fundando-se no artigo 142.º, principio, §§ 1.º e 2.º, do codigo administrativo, onde se determina que as contribuições municipais indirectas só podem ser lançadas sobre objectos destinados para consumo do concelho, e que só se entendem destinados para consumo os objectos expostos á venda em retalho, deu provimento, declarando o recorrente isento do imposto quanto ao fíggo que destillára;

Mostra-se que d'este accordo foi interposto o presente recurso, que correu os seus legitimis termos, sendo ouvidos não só, por seus advogados, a camara recorrente e o recorrido, mas tambem o conselho de distrito e a final o ministerio publico;

O que tudo visto e ponderado:

Considerando que a decisão de que se recorre foi tomada pelo conselho de distrito como corpo deliberante, em virtude do n.º 6 do artigo 278.º do codigo administrativo, e que de taes decisões não compete recurso para o conselho d'estado;

Considerando que no presente caso não ocorre excesso de jurisdicção, transgressão de lei ou violação do direito positivamente consignado, que o tornem contencioso;

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta não tomar conhecimento do sobredito recurso, como illegal e incompetente.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 21 de março de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 9 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Recurso n.º 862—recorrente, José Mendes de Assumpção—recorrido, o conselho de distrito de Lisboa—relator, o ex.ºmº conselheiro Joaquim José Dias Lopes de Vasconcellos.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, sobre o recurso interposto por José Mendes de Assumpção, da cidade de Lisboa, do accordo do respectivo conselho de distrito, que declarou sem effeito a eleição que n'elle recaiu para vereador:

Mostra-se que tendo sido submettidas ao conhecimento do mesmo conselho de distrito, na conformidade do artigo 87.º do codigo administrativo, as actas da eleição a que se procedeu em fevereiro de 1858 para a camara municipal de Lisboa no biennio de 1858 e 1859, foi julgada nulla a eleição do recorrente para vereador da mesma camara por ser juiz eleito em effectivo serviço da freguezia de Santa Justa, e n'esta qualidade inelegivel para aquelle cargo, segundo a disposição do artigo 17.º, n.º 3, do mesmo codigo;

Mostra-se que, interposto d'este accordo o competente recurso para o conselho d'estado, allegára o recorrente não ser procedente o fundamento da decisão recorrida, não só porque não é expressamente declarada na lei a exclusão dos juizes eleitos, que nem são empregados de justiça no sentido do mencionado artigo, nem exercem funções incompativeis com o cargo de vereador, mas tambem porque o artigo 81.º do mesmo codigo manda preferir a eleição de vereador quando haja outra para differente cargo do municipio, e porque o recorrido tendo sido juiz eleito nos anteriores biennios não pôde ser compellido a continuar no mesmo cargo;

Mostra-se que o processo seguiu os termos legais, sendo ouvido o conselho de distrito, por meio da informação que d'elle se exigiu, dando-se vista ao advogado do recorrente, e sendo tudo presente ao ministerio publico que emittiu a final o seu parecer;

Pelo que, considerando que o artigo 17.º, n.º 3, do codigo administrativo, declara inelegiveis para o cargo de vereador, em quanto estiverem em effectivo serviço, os juizes e mais empregados de justiça;

Considerando que os juizes eleitos são, como os outros juizes, empregados de justiça, segundo as disposições dos artigos 147.º e 148.º, da novissima reforma judiciaria;

Considerando que o recorrente se achava no exercicio do cargo de juiz eleito, de que não se escusára pelos meios legais por occasião das eleições parochiaes a que se procedeu anteriormente á eleição da

camara de que se trata, que teve logar fóra da epocha ordinaria das eleições municipales, em virtude da dissolução da camara que a antecederá:

Hei por bem, conformando-me com a sobredita consulta, denegar provimento no mencionado recurso.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 16 de abril de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 9 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Recurso n.º 843—recorrente, Joaquim Maria Galvão Cid—recorrido, o conselho de distrito de Portalegre—relator, o ex.ºmº conselheiro Joaquim José Dias Lopes de Vasconcellos.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, sobre o recurso em que é recorrente Joaquim Maria Galvão Cid, do concelho de Portalegre, e recorrido o conselho de distrito respectivo:

Mostra-se que procedendo-se no referido concelho á eleição para os cargos municipais do biennio de 1858 e 1859, e recaído no recorrente o numero de votos necessario para ser proclamado vereador, protestára perante a mesa eleitoral contra a sua eleição o cidadão Manuel Joaquim de Paiva, por ser o recorrente arrematante de uma das rendas do municipio, e n'esta qualidade inelegivel para aquelle cargo, segundo a disposição do artigo 16.º, n.º 5, do codigo administrativo;

Mostra-se que a mesa eleitoral, julgando que não era procedente o que no protesto se allegava, proclamára vereador o recorrente, fundando esta resolução na difficuldade ou impossibilidade de se organizar uma camara que desse garantias de boa administração, sem que d'ella fizesse parte algum cidadão que estivesse em relações fiscaes com o municipio, por se achar limitado o numero dos elegiveis em virtude de incompatibilidade de empregos ou de contratos com as rendas do concelho, na circumstancia de ser insignificante a renda de que era arrematante o recorrente, cujo contrato terminava em junho de 1858, achando-se paga a importância d'elle antes da eleição, na conveniencia publica a que os cargos administrativos devem attender nas suas resoluções, quando estas não contrariam o fim essencial da lei, e finalmente nas disposições do decreto de 20 de outubro de 1855 que resolve um caso analogo;

Mostra-se que o conselho de distrito, a cujo conhecimento foi deferido o processo eleitoral, na conformidade do artigo 84.º do citado codigo, confirmou a resolução da mesa eleitoral pelas razões que lhe servem de fundamento, e que do respectivo accordo interpoz o recorrente recurso para o conselho d'estado, allegando que não protestára pessoalmente perante a mesa por se ter anticipado a usar d'esse direito um outro cidadão, e reclamando a execução da lei que o isenta d'aquelle cargo não só como arrematante, mas tambem como devedor da camara, do que apresenta documentos;

Mostra-se ter sido ouvido o conselho de distrito, ter-se dado vista ao advogado constituído nos autos, e ter dado a final o seu parecer o ministerio publico;

O que tudo ponderado, considerando que o recorrente é parte legitima para recorrer do accordo do conselho de distrito, que a elle se refere e o comprehende nas suas disposições;

Considerando que o mesmo recorrente era contrator de uma das rendas do concelho quando se procedeu á eleição, e como tal incluído na excepção ao artigo 16.º, n.º 5, do codigo citado;

Considerando que o decreto de 20 de dezembro de 1852 não tem applicação ao caso de que se trata, por não se dar paridade de circumstancias;

Hei por bem, conformando-me com a sobredita consulta, dar provimento no referido recurso.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 2 de abril de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 9 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

REITIFICACÕES

No *Diário de Lisboa* n.º 106, de 9 de maio de 1860, pag. 486, col. 1.ª, lin. 63, na parte relativa ao recurso n.º 120, onde diz—de Giraválhos—deve ler-se—de Girabalhos.—Na mesma pag. e col., na parte relativa ao recurso n.º 126, onde diz—de Treixedas, concelho de Pinhel—deve ler-se—de Freixedas, concelho de Pinhel.—Na mesma pag. e col., na parte relativa ao recurso n.º 135, onde diz—Luiz Branco Massa—deve ler-se—Luiz Branco Massano.—Na mesma pag. e col., na parte relativa ao recurso n.º 96, onde diz—dos Santos—deve ler-se—dos Saneas—e onde diz—de Villarandello—deve ler-se—de Villarandello.

No *Diário de Lisboa* n.º 108, de 11 de maio de 1860, pag. 495, col. 1.ª, lin. 14—onde diz—decimo e quarto—deve ler-se—decimo quarto.

# SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 8352

RELATOR O EX.ºmº CONSELHEIRO VISCONDE DE FORNOS

Nos autos civis vindos da relação do Porto—recorrentes, as misericordias de Coimbra e Estremoz—recorrido, Joaquim Antonio Teixeira Barbosa, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc.:

Considerando que, nos termos da lei de 9 de setembro de 1769 § 21.º, a instituição de alma por herdeira consiste na determinação de excluir os vivos do goso dos bens e seus rendimentos para uma applicação directa e immediata a objectos que não sejam puramente espirituales e religiosos; como deixam ver as palavras *das propriedades de casas, os fundos de terras e as fazendas que foram creadas para subsistencia dos vivos de nenhuma sorte podem pertencer aos defuntos*;

Considerando que os bens deixados ás misericordias, hospitaes, casas de expostos, asylos de infancia desvalida e outros semelhantes, não ficam depois pertencendo a defuntos, mas a pessoas vivas em sua directa e immediata applicação;

Considerando que os principios consignados n'aquelle alvará, que tiveram por alvo coarctar a faculdade de testar, ficaram prejudicados pela legislação subsequente, restabelecida a que anteriormente regia;

Considerando que não basta, para se qualificar instituição de alma por herdeira, o encargo de missas ou suffragios, quando a applicação predominante e principal é determinada em favor dos referidos estabelecimentos, embora o testador tenha o pensamento de dispor do modo o mais honesto, moral e de caridade, e, assim, bem merecer, conforme aos conselhos da religião, perante Deus, porque o mesmo pensamento pôde ter, dispondo em favor de pessoas individuaes, certas e determinadas, por motivos de amizade, gratidão, humanidade, sociabilidade, ou ainda em beneficio do estado ou do thesouro publico;

Considerando que a disposição do assento da extincta casa da supplicação, de 29 de setembro de 1770, na sua ampliação da instituição de alma por

herdeira ás instituições de ordem e irmandade ou corporações, se deve tomar somente como de interpretação doutrinal extensiva, fundada nos principios reguladores d'ella, conforme ao § 11.º da lei de 18 de agosto de 1769; e que portanto a palavra *corporações*, ali empregada, se deve entender das semelhantes a ordens ou irmandades com caracter e objecto puramente religioso; o que mais se confirma de um modo evidente no posterior assento de 5 de dezembro de 1770, aonde já se encontram somente as palavras *«mullos todos os testamentos em que a alma, ou qualquer irmandade, estivesse instituida herdeira»* supprimidas as palavras *«ordens ou corporações»*; cessando assim o argumento deduzido mais da letra do que do espirito do assento anterior;

Considerando que não deve confundir-se a questão da nullidade dos testamentos, pelo vicio da instituição de alma por herdeira, em prejuizo dos herdeiros não necessarios, com a questão do *commissio*, em que as misericordias podem cair por não legitimarem a sua posse dentro de anno e dia, em que taes nada interessam por ficarem aquelles bens devolutos ao estado;

Considerando que na materia sujeita, e questão dos autos, e exame dos direitos que competem ás misericordias, se deve regular conforme os principios consignados no alvará de 15 de março de 1800, e de 18 de outubro de 1806, pelos quaes os bens d'ellas foram, sem distincção alguma, incorporados na coroa, ou ficou sustentada, para o futuro, a prohibição de reterem, alem de anno e dia, segundo as leis da amortisação, e nunca pelo fundamento da nullidade da instituição, ou incapacidade de adquirir;

Considerando que, se se não poderia, de modo algum, contestar ao estado a capacidade juridica de adquirir por testamento toda, ou parte dos bens de algum com o encargo de instituir, fundar, ou dotar uma, ou mais misericordias, hospitaes, e semelhantes estabelecimentos, é repugnante negar-se essa capacidade a cada um d'esses mesmos estabelecimentos que tanto auxiliam a humanidade, e concorrem para a utilidade publica, como se declara no citado alvará de 15 de março de 1800, bem como o quanto a causa publica interessa na sua conservação;

Considerando que as misericordias recorrentes se acham habilitadas com os alvarás de licenças regias a folhas e folhas, e que estes se devem julgar sufficientes, ou porque sejam um acto de supremo inspecção não para que ellas possam adquirir, mas para reter, ou conservar, alem de anno e dia, ou porque, a dependerem de confirmação do corpo legislativo, em harmonia com o citado alvará de 15 de março de 1800, podem solicitar, mediante a necessaria proposta de lei, ou porque essa insufficiencia poderia dar ao recorrido logar a uma denunciação, e acção para incorporação nos bens do estado; mas nunca para fazer annullar (em proveito dos herdeiros não necessarios que representa) as legitimas consequencias da legal transmissão de propriedade, e dominio, em conformidade com o testamento folhas;

Considerando, em fim, que as misericordias, consideradas como pessoas miseraveis, identificadas com os interesses da causa e utilidade publica, collocadas debaixo da immediata protecção do estado, e por tanto dos seus tribunales de justiça, devem ser contempladas por um modo especial, salvos os direitos legitimamente adquiridos, e os de rigorosa justipetição de terceiros, que nunca devem ser postergados, ou desatendidos;

Declaram nullo, por errada applicação das leis citadas, e outras concordantes largamente produzidas e ponderadas nos autos, o accordo fl. 580 e fl. 621; concedem a revista, e mandam que os mesmos autos sejam remetidos á relação de Lisboa, para que, sendo ali de novo julgada a causa, se dê cumprimento á lei.

Lisboa, 20 de abril de 1860.—Visconde de Fornos, vencido—Mello e Carvalho, vencido—Perrão—Aguia—C. P. Caldeira.—Fui presente, Sousa.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 8 de maio de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

# TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Luiz Dias Bravo, como recbedor que foi do concelho de Ourique, desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1857, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade de Luiz Dias Bravo, como recbedor que foi do concelho de Ourique, desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1857; visto o estado de ajustamento de conta a fl. 2, desenvolvido e justificado nas cinco demonstrações a fl. 3, 6, 98, 100 e 103; vistas as informações da 1.ª direcção d'este tribunal a fl. 105 e 113; visto o requerimento a fl. 109 e documento a elle junto; mostra-se importar o debito d'este exactor na quantia de 15:436\$794 réis, e o credito na de 15:086\$233 réis, resultando portanto contra elle um saldo na importância de 350\$561 réis: mostra-se que, sendo já fallecido o dito recbedor, foram citados a sua viuvia D. Maria Francisca Contreiras e seus filhos para allegarem o que lhes conviesse com respeito ao ajustamento d'esta conta, e que em virtude d'esta citação produziram a referida viuvia e filhos do responsável a declaração (modelo n.º 10-A) que se acha a fl. 110 d'este processo, pela qual se verifica que o saldo de 350\$561 réis em dinheiro, que a conta fechada em 30 de junho de 1857 accusava contra este exactor, passára para a conta da sua responsabilidade no 1.º de julho seguinte; o que mais se comprova ainda pelo exame no livro modelo n.º 15-B do anno economico de 1857 a 1858, no qual o dito responsável effectivamente se debitou por aquella quantia. O que tudo devidamente ponderado e o mais que do processo consta, e achando-se preenchidas todas as formalidades legais, julgam bem e devidamente ajustada a conta de que se trata, e quites para com a fazenda publica a referida D. Maria Francisca Contreiras e seus filhos, representantes do fallecido Luiz Dias Bravo, pela responsabilidade por este contrahida como recbedor do concelho de Ourique desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1857.

Tribunal de contas, 13 de abril de 1860.—Larcher, relator—Margiochi—Lara—Albergaria—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 23 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Borges Pereira da Silva, como sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de outubro de 1855 até 30 de junho de 1856, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que julgam quite a Antonio Borges Pereira da Silva de toda a responsabilidade para com a fazenda publica, como sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de outubro de 1855 até 30 de junho de 1856; por isso que d'este processo se mostra, em presença da conta fl. 1 e 2 (que o exactor não contestára), assim como os documentos que a comprovam e justificam de fl. 3 a fl. 16, ter importado o seu debito e credito n'uma

igual quantia de 1:734\$040 réis; sendo o debito proveniente dos rendimentos da sobredita alfandega que o exactor arrecadára no citado periodo da sua gerencia, e o credito, das entregas em dinheiro que effectuára no cofre da recebedoria do concelho, e do producto de tomadas que distribuiu em conformidade da lei, vindo portanto a manifestar-se e provar-se nada dever á fazenda publica com relação ao emprego e tempo de serviço de que se trata.

Tribunal de contas, 24 de abril de 1860.—Lobo, relator—Paiva Pereira—Correia Caldeira—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 1 de maio de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Joaquim Augusto Leite Pereira de Mello, como recbedor do 1.º bairro da cidade do Porto, desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1859, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade de Joaquim Augusto Leite Pereira de Mello, como recbedor do 1.º bairro da cidade do Porto, desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1859; visto o estado de ajustamento de conta a fl. 2 e as quatro demonstrações que o desenvolvem e justificam; vistas as informações da 1.ª direcção d'este tribunal; visto o requerimento de fl. 151: mostra-se importar o debito d'este responsável em 166:076\$428 réis, e o credito em outra igual quantia na qual entram 32:963\$506 réis em documentos de cobrança, e 195\$905 réis em dinheiro: mostra-se igualmente pelos documentos a fl. 151 e 152 que este responsável declarou por seu bastante e legitimo procurador que se conformava com o referido ajustamento de conta a fl. 2. N'estes termos, e achando-se preenchidas todas as formalidades legais, julgam bem e devidamente ajustada a conta de que se trata, e quite para com a fazenda publica o supramencionado Joaquim Augusto Leite Pereira de Mello, pela sua responsabilidade como recbedor do 1.º bairro da cidade do Porto desde 1 de julho de 1857 até 30 de junho de 1859; devendo contudo o mesmo exactor responder na conta do anno seguinte pelos já mencionados valores que para ella passaram, a saber: 32:963\$506 réis em documentos de cobrança e 195\$905 réis em dinheiro.

Tribunal de contas, 27 de abril de 1860.—Larcher, relator—Margiochi—Albergaria—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 4 de maio de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Gregorio Maria Crespo, como recbedor do concelho de Cezimbra, desde 18 de dezembro de 1856 até 30 de junho de 1859, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade de Gregorio Maria Crespo, como recbedor do concelho de Cezimbra, desde 18 de dezembro de 1856 até 30 de junho de 1859; vista a conta corrente a fl. 2, e as demonstrações que a desenvolvem; visto o resumo (modelo n.º 3) a fl. 4; visto o ultimo estado de ajustamento de conta a fl. 80; vista a informação da primeira direcção d'este tribunal a fl. 82; mostra-se importar o debito d'este responsável em 19:501\$241 réis, e ter sido liquidado a final o seu credito em outra igual quantia; por isso e pelo que mais consta do processo, no qual foram guardadas todas as formalidades legais, julgam bem e devidamente ajustada a conta de que se trata, e quite para com a fazenda publica o supramencionado Gregorio Maria Crespo, pela sua responsabilidade como recbedor do concelho de Cezimbra no periodo que decorreu de 18 de dezembro de 1856 a 30 de junho de 1859; devendo contudo o mesmo exactor responder na conta do anno seguinte pelas addições que para ella passaram, a saber: 9:969\$472 réis em documentos de cobrança, 121\$624 réis em dinheiro. Tribunal de contas, 27 de abril de 1860.—Larcher, relator—Margiochi—Albergaria—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 4 de maio de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

# EDITAL

Tendo requerido á camara municipal de Lisboa o proprietario do predio n.º 1, na rua do Sacramento, freguezia de S. Pedro em Alcantara, o aforamento de um terreno publico, junto ao dito predio:

# ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DO PORTO

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio do Porto, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DO PORTO						
De posta interna.....	695	1:170	18	—	—	—
Do reino e ilhas.....	45:590	14:447	741	459	2:739	177
De Hespanha.....	—	—	2:017	1:047	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	946	1:227	—	—
Das provincias ultramarinas.....	2	—	77	8	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	1:406	65	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	746	841	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	6	11	—	—
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	5:043	467	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	94:682	124:639	2:970	3:062	2:559	112
Para Hespanha.....	—	—	6:732	959	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	792	493	10	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	2:150	399	623	563	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	4:534	217	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	45	—	798	96	—	—
Para dita, por vapores.....	—	—	243	5	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	6	—	—	—	—	—
	148:946	141:359	22:441	8:810	5:291	289
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de:	139:406	126:015	23:548	7:626	5:342	280

Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 18 cartas de posta interna, não selladas, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franquias com o sello de 25 réis. Pelo mesmo motivo de falta de sellos existem por expirar as 10 cartas para alem dos Pyreneos.

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as do Porto, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por ali expeditas.

Administração central do correio do Porto, em 1 de maio de 1860.—O administrador, Manuel Joaquim Lobo.

Martinho Bartholomeu Rodrigues, escrivão do tribunal do commercio de primeira instancia d'esta cidade de Lisboa, por Sua Magestade El-Rei o senhor D. Pedro, que Deus guarde, etc.

Certifico que em sessão d'este tribunal do dia 3 do corrente se proferiu a sentença do theor seguinte:

# SENTENÇA

O Tribunal commercial de primeira instancia: Attendendo ao que pondera em seu requerimento a fl. 2 a supplicante m.ª Salles, estabelecida com armazem de modas, na rua do Crucifixo n.º 38, 1.ª andar, declarando os motivos que occasionaram a cessação de seus pagamentos commerciaes, e juntando o balanço do seu activo e passivo;

diu, e havendo a mesma camara procedido ás diligencias da lei, conforme consta do respectivo auto de medição e confrontações, sendo o referido terreno avaliado como livre, arbitrando-se-lhe o fôro de 35108 réis, com laudemio de quarentena; e porque em conformidade do artigo 6.º das instruções do governo civil de 10 de agosto de 1855, tem a camara de proceder a pregões para a arrematação do dito fôro; por isso faz publico, que este andará em praça por espaço de vinte dias, a contar de 23 do corrente mez, devendo ser effectivamente arrematado em presença da mesma camara, no dia 18

xada e publicada a presente sentença nos termos da lei e estilo.

Lisboa, 3 de maio de 1860.—Gaspar Pereira da Silva—Manuel Alves Martins—João Chrysostomo de Sequeira—Francisco Manuel Correia Lopes—Thomás Caetano Borges de Sousa—José Elias dos Santos Miranda—José Caetano Pires Branco—Francisco Alberto dos Santos—Antonio José Marques Leal—Henrique Joaquim da Cunha—Manuel José Ribeiro da Costa—Francisco de Oliveira Bello—Antonio José de Seixas.

E com o teor da referida sentença fiz extrahir a presente certidão, em fé do que vae por mim assignada.

Lisboa, 10 de maio de 1860.—Martinho Bartholomeu Rodrigues.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 2 DE MAIO  
PRESIDENCIA DO EX.<sup>mo</sup> SR. VISCONDE DE LAVORIM,  
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello  
(D. Pedro Brito do Rio.

As tres horas da tarde, reunido na sala numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão. Leu-se a acta da antecedente, que se julgou approvada, na conformidade do regimento, por não haver reclamação em contrario.

Deu-se conta da seguinte correspondencia: Um officio da presidencia da camara dos srs. deputados, enviando uma proposição concedendo uma pensão á duquesa da Terceira, viúva do marechal do exercito duque do mesmo titulo.

A commissão de fazenda. —do ministerio do reino, participando que a recepção em grande gala que estava annunciada para o dia 29 de abril, por motivo do anniversario da carta constitucional, fica transferida para o dia 7 de maio, em consequencia do fallecimento do marechal do exercito duque da Terceira.

—do mesmo ministerio participando haver Sua Magestade por decretos datados do 1.º de maio preenchido os logares vagos no ministerio, nomeando, para o cargo de presidente do conselho de ministros ao conselheiro par do reino, Joaquim Antonio de Aguiar; para ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra ao marechal de campo, visconde da Luz; para ministro e secretario d'estado dos negocios de marinha e ultramar ao conselheiro deputado da nação portuguez, José Marcellino de Sá Vargas, e para ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros ao ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, José Maria do Casal Ribeiro.

—do digno par do reino conde de Peniche, comunicando que por incommodo de saúde não tem comparecido na camara.

O sr. Presidente:—convidou os dignos pares, os srs. marquez de Vallada e conde da Ponte de Santa Maria para introduzirem na sala o sr. visconde de Gouveia a fim de prestar juramento e tomar assento na camara: o que se verificou.

(Entraram na sala os ex.<sup>mos</sup> srs. Joaquim Antonio de Aguiar, presidente do conselho de ministros; e José Marcellino de Sá Vargas, ministro da marinha.)

O sr. Presidente:—antes de se passar á ordem do dia concedeu a palavra ao digno par o sr. presidente do conselho.

O sr. Presidente do conselho (Aguiar):—expoz ter pedido a palavra para fazer uma comunicação á esta camara, e da qual ella já tinha conhecimento pelo officio remetido á mesa, e que se acabava de ler.

O funesto acontecimento, que dentro em breves dias privou o paiz de um dos seus melhores defensores, deixou sem chefe o ministerio; outro de igual natureza precedentemente havia tambem feito perder ao gabinete um de seus membros a quem a opinião publica fez a justiça que mereciam seus serviços e suas eminentes qualidades.

Achavam-se pois vagas duas pastas, e Sua Magestade entendeu que cumpria que fossem preenchidas, fazendo a elle, orador, a honra, por decreto de data do dia antecedente, de o nomear presidente do conselho de ministros. Não podia aceitar este logar sem a maior repugnancia, por diferentes considerações, e mesmo porque conhecia, na sua intima consciencia, faltarem-lhe os talentos necessarios para o poder desempenhar; entretanto foi obrigado, e dirá mesmo que violentado, por ponderosas considerações, a aceitar.

Como a camara tinha visto, pela participação feita, foi nomeado para a pasta da guerra o sr. visconde da Luz, para a da marinha o sr. Sá Vargas, continuando a pasta dos negocios estrangeiros a cargo do sr. Casal Ribeiro, da qual s. ex.<sup>a</sup> já se achava encarregado interinamente.

Os principios d'elle, orador, são conhecidos; todos sabem que fazia parte da maioria d'esta camara, que apoiava o governo. Já se via portanto, que tomando um logar na administração, não tinha nem programma, nem exposição de principios a apresentar, dizendo unicamente que o governo d'aqui em diante proseguiria no mesmo systema de principios até então seguidos.

Espera, apesar dos seus poucos recursos e poucas forças, gastas pelos annos e trabalhos, fazer quanto em si couber, para desempenhar os deveres que lhe estão commettidos; e espera que a camara avalie os actos do ministerio de que faz agora parte, e continuará a dar-lhe o seu apoio, para que tambem possa continuar a merecer a confiança que até agora tem gosado.

O sr. Silva Sanchez:—mandou para a mesa duas representações que dizem respeito á directriz do caminho de ferro de leste; uma da camara do Alandral, que pede que seja alterada a directriz, e outra assignada por um grande numero de habitantes do concelho de Marvão, pedindo justamente o contrario; isto é, que se não altere a directriz que se havia contratado.

O sr. Presidente:—Ficam sobre a mesa para levar o destino competente.

O sr. Conde da Taipa:—dizendo que o digno par o sr. F. A. Fernandes da Silva Ferrão, que sob o peso de graves accusações por algum tempo se absteve de vir á camara, nos dois precedentes dias se havia apresentado e por esse motivo apesar de haver alguns dignos pares fóra da sala, a sessão se não poderia abrir. Não devendo porém a camara annullar-se, e sim pensar e deliberar, elle orador, propunha, citando um recente exemplo de Hespanha, a seguinte moção:

«Que a camara dos pares por uma votação manifeste que vê com desgosto que o digno par Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão tome parte nas suas deliberações, em quanto não for julgado pelas graves accusações que pesam sobre elle, em virtude das quaes existe n'esta camara uma querrela dada pelo procurador geral da coroa.

(Camara dos pares, 2 de maio de 1860.—Conde da Taipa.)

O sr. Presidente:—na presenca da moção do digno par, passa a consultar a camara, primeiramente se a admittia á discussão.

O sr. Conde da Taipa:—pediu que a votação fosse nominal.

Assim decidido, proposta a admissão, disseram *approvo* os dignos pares marquezes de Ficalho, das Minas, de Niza, e de Vallada; condes das Alcaçovas, de Arrochella, de Avillez, de Mello, do Sobral, e da Taipa; bispo de Beja; viscondes de Atho-guia, de Benagazil, de Fonte Arcada, de Gouveia, de Laborim, da Luz, de Ovar, e de Sá da Bandeira; barões de Arruda, e de Aneide; D. Antonio José de Mello, Antonio de Macedo Pereira Coutinho, Joaquim Antonio de Aguiar, Joaquim Larcher, José Izidoro Guedes, D. Pedro de Menezes Brito do Rio, e Thomás de Aquino de Carvalho.

Disseram *rejeito* os dignos pares marquez de Fronteira, arcebispo de Evora, condes de Bomfim, do Farrobo, da Ponte, e da Ponte de Santa Maria; viscondes de Balsemão, da Borralha, de Castellões, de Fornos de Algodres; barão de Porto de Moz, Francisco Simões Margiochi, João de Almeida Moraes Pessanha, e visconde de Laborim.

(Entraram os srs. ministros do reino, e justiça.) O sr. Visconde de Balsemão:—sr. presidente, como tenho de ser juiz n'esta causa, que ha de vir á camara, dezoje apresentar o meu voto a respeito da moção que ha pouco foi apresentada.

Sr. presidente, não vejo exemplo de um caso d'estes senão na convenção nacional, onde se fazia uma moção, requerendo que qualquer deputado se pozesse fóra, o que se fazia mesmo sem elle ser julgado. Eu não quero aqui ver estabelecido similitude precedente, em uma camara que deve ser conservadora, e deve manter a lei em todos os seus limites. A lei manda que o par accusado seja pronunciado e julgado por esta camara, e é a lei que nós devemos seguir, e não os exemplos de outros paizes, que não têm as mesmas leis que nós temos. Eu já disse em outra occasião que não entrava na apreciação dos factos; que não os louvava, nem condemnava, em quanto não viesse o processo a esta camara; porque, se eu os louvasse ou condemnasse, compromettia o meu voto, e eu, sr. presidente, não me quero dar por suspeito por dignidade da camara n'esta questão.

Ninguém tem direito de fazer sair fóra d'esta casa um individuo qualquer, que é membro d'ella, porque este facto, que hoje se praticou na boa fé, pôde-se dar um dia por uma combinação de pares, que pertençam a qualquer facção politica, e que queiram pôr fóra d'esta casa qualquer membro d'ella.

Estou convencido que as intenções dos dignos pares são leaes, e fillas do sentimento de probidade, mas isto não quer dizer que amanhã estes precedentes não sejam funestos.

Direi ainda mais: se o sr. Ferrão viesse hoje á camara, succederia o mesmo que hontem, da camara não poder funcionar por falta de numero? E, no caso de assim acontecer, pôde um dos corpos do estado permanecer n'esta inação, deixando ir á revelia os negocios publicos, e isto porque dois ou tres pares não querem entrar na sala, e prevalecer o voto de minoria indirecto ao de maioria?

Isto não pôde continuar assim, sr. presidente; a lei manda que o par, depois de estar dentro da sala, não possa sair sem licença da presidencia.

Concluo, sr. presidente, dizendo, que o processo ainda não veio a esta camara, ha apenas uma querrela que se podia dar a respeito de qualquer outro individuo; pois, quantas pessoas têm sido accusadas innocentemente? Por conseguinte, em quanto não se verifique o julgamento, entendo que aquelle que por qualquer forma insinua um par que não venha a esta camara, não pôde dar o seu voto, e eu quero votar segundo a minha consciencia: por conseguinte entendo que esta proposta não deve ser admittida á discussão.

O sr. Conde da Taipa:—alludindo ao discurso do digno par o sr. visconde de Balsemão, disse que se não tratava de pôr fóra da camara um digno par, mas unicamente de manifestar a mesma camara que o via com desgosto tomar assento n'esta casa do parlamento sem por ella ter sido julgado.

Fazendo varias considerações sobre a sua politica em frente do actual ministerio, que declarou não apoiar, disse que, contudo, teria muita pena se elle caísse, porque desejava que o sr. ministro da justiça leve a cabo a nobre empreza que encetou; pois que primeiro que as suas dissidencias com o ministerio está o oppor-se um dique á corrupção e immoralidade.

Sentirá muito que a sua proposta não seja approvada, mas julga ser ella um grande passo para a moralidade publica.

O sr. Marquez de Vallada:—reportando-se tambem ao discurso dos dignos pares os srs. visconde de Balsemão e conde da Taipa, julga esta uma questão de dignidade da camara; e se bem não ha lei escripta que prohiba ao alludido digno par entrar n'esta casa, a conveniencia publica e politica, e todos os principios da moral seriam rasões sufficientes para actuar n'elle. Por estas rasões e outras que expendeu, declarou que fazia votos para que a moção do sr. conde da Taipa fosse approvada.

O sr. Marquez de Niza:—sr. presidente, não direi senão duas palavras para justificar, ou pelo menos para explicar o meu procedimento antes de hontem, hontem e hoje, e o que vou a fazer. Quando cheguei antes de hontem á camara estava aqui sentado o sr. Ferrão, e entendi, como outros cavalheiros, que deviamos dar a s. ex.<sup>a</sup> uma demonstração do desgosto que tínhamos de que s. ex.<sup>a</sup> viesse aqui continuar a funcionar sem se ter justificado. Muitos outros cavalheiros, como já disse, me acompanharam n'este procedimento, mas hontem quasi todos os dignos pares entenderam que deviam entrar na camara, só eu e outros nos absteivemos de entrar, ou para melhor dizer de tornar a entrar, porque já estavam sentados e saímos logo que o sr. Ferrão entrou. Eu pelo menos não entendo com este meu procedimento ter feito acto de julgamento algum ao sr. Ferrão.

Ha leis de honra e delicadeza, que não estão nos codigos escriptos, mas estão impressas no coração do homem de bem e de boa educação. Eu já fui aqui accusado, o crime de que fui accusado não era vergonhoso, não havia motivo nenhum que me fizesse a face vermelha, era um acto de violencia de genio, e entretanto, logo que se leu na mesa o officio do juiz que remetia o processo, eu não esperei ser suspenso, peguei no meu chapéu e saí d'esta casa immediatamente. Ora, eu desejava que outro collega nosso obrasse do mesmo modo, eu não quiz praticar, repito-o, com o sr. Ferrão nenhum acto hostil, e quiz só dar-lhe a entender que me parecia conveniente que obrasse como eu obrei, e como entendo que todo o homem de bem deve fazer. Eu podia tanto mais fazer-lo que já tinha declarado a muitos dignos pares, e ao actual presidente do conselho, que me dava por suspeito no julgamento do processo do sr. Ferrão, porque anteriormente tinha havido motivos que me induziam a fazer-lo; entretanto já se vê que não havia animosidade da minha parte contra o sr. Ferrão.

Em quanto á proposta do sr. conde da Taipa, como é quasi um julgamento, eu peço licença para sair quando se votar, ainda que isso seja contrario ao nosso regimento, porque entendo que se ella for approvada é uma pena que se vae impôr antes de se julgar, e então como no processo me dou por suspeito, peço licença para sair da camara antes da votação, e espero que a camara m'o permitta, á vista d'esta declaração franca e leal que faço.

Agora não posso deixar de responder ao sr. visconde de Balsemão que disse, que quando havia que

se proceder a uma votação da camara, o sr. presidente devia fazer entrar os dignos pares que estavam nos corredores. Eu declaro a s. ex.<sup>a</sup> que ninguém me poderá obrigar a isto, contra minha vontade, e que será mais facil repetir-se aqui, para eu entrar, a scena que se deu com o deputado Manuel, em França, para sair, tendo o presidente da camara que o mandou tirar da sua cadeira por dois gendarmes. Eu declaro que não entrarei nunca n'esta casa senão quando entender que devo entrar n'ella e o possa fazer convenientemente.

O sr. Presidente do conselho (Aguiar):—ouviu que o digno par marquez de Niza se considerava suspeito para votar pela proposta em discussão, pelas rasões que s. ex.<sup>a</sup> diz ter, e tambem por ver n'ella uma pena imposta ao digno par o sr. Ferrão, quando elle ainda não está accusado, e só ha por ora uma petição de querrela.

Tambem elle, orador, tem motivos para se considerar suspeito n'este negocio, por que é parente em linha proxima do juiz de direito de Felgueiras, circumstancia esta que o inibe de ser juiz n'esta pendencia, e por isso deve abster-se de votar a proposta de suspensão apresentada pelo digno par o sr. conde da Taipa, e pede licença á camara para se retirar da sala.

O sr. Marquez de Fronteira:—propoz a votação nominal.

Approvada esta, sobre a moção do sr. conde da Taipa, disseram *rejeito* os dignos pares marquezes de Ficalho, de Fronteira, das Minas, arcebispo de Evora; condes das Alcaçovas, de Avillez, de Bomfim, do Farrobo, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, do Sobral, de Mello; viscondes de Atho-guia, de Balsemão, de Benagazil, da Borralha, de Castellões, de Fornos, de Gouveia, de Ovar, de Sá da Bandeira, de Laborim; barões da Arruda, de Aneide, de Porto de Moz; Pereira Coutinho, Margiochi, Pessanha, Larcher, Silva Costa, Aquino de Carvalho, José Izidoro Guedes e D. Pedro do Rio.

Disseram *approvo* os dignos pares marquez de Vallada, conde da Taipa e visconde de Ponte Arcada.

O sr. Marquez de Ficalho:—leu e mandou para a mesa um parecer da commissão de agricultura.

Mandou-se imprimir.

O sr. Conde de Mello:—participou á camara que o digno par o sr. visconde de Algeis não tem podido comparecer n'esta camara, nem o poderá fazer ainda alguns dias mais, por causa de falta de saúde.

O sr. Presidente:—fez igual participação á camara pelo digno par o sr. visconde da Granja.

O sr. Visconde de Sá:—declarou que havia dias tinha em seu poder uma representação da camara municipal da villa de Fronteira, a qual enviava para mesa.

O sr. Presidente:—distribuiu-a á respectiva commissão.

O sr. Visconde de Sá:—proseguiu dizendo que ia ler e mandar para a mesa uma proposta que se achava assignada por varios dignos pares, e que era do teor seguinte:

«A camara dos pares considerando que o marechal do exercito duque da Terceira prestou, no longo periodo da sua carreira publica, relevantes serviços á causa da independencia nacional, e que aos seus esforços no campo e no conselho foi devido, em parte, muito distincto o triumpho da causa da restauração das liberdades patrias e do throno constitucional, resolve:

1.º Que um busto em marmore do duque da Terceira seja collocado em uma das salas do palacio em que celebra as suas sessões.

2.º Que a mesa da camara fica encarregada de levar a effeito esta resolução.

Camara dos pares, 30 de abril de 1860.—Marquez de Ficalho, par do reino—Visconde de Laborim—Visconde da Luz—D. Antonio José de Mello e Saldanha—Visconde de Atho-guia—Conde do Sobral—Marquez de Niza—Conde de Santa Maria—Marquez das Minas—Conde de Avillez—Visconde de Balsemão—Visconde de Fonte Arcada—Visconde de Ovar—Marquez da Ribeira Grande—Joaquim Antonio de Aguiar—D. Pedro Pimentel de Menezes de Brito do Rio—Visconde de Benagazil—Conde de Mello—Conde da Ponte—Conde de Bomfim—Barão de Porto de Moz—Marquez de Vallada—Joaquim Larcher—Conde das Alcaçovas—Barão da Arruda—Sá da Bandeira—Visconde de Fornos de Algodres—Conde do Farrobo—Marquez de Fronteira—José Izidoro Guedes—J. F. da Silva Costa»

Por esta occasião pediu ao sr. ministro do reino, na qualidade de ministro interino da marinha que foi, que lhe designasse um dia em que elle, orador, possa interpellar-lhe sobre factos passados na provincia de Angola, que são bem desagradaveis, e que tanto emenda, e para cujo fim está certo que esta camara como a outra camara darão toda a ajuda ao governo (apoiados).

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—disse que já n'aquelle dia na camara dos srs. deputados se suscitou a questão acerca do que se tem passado ultimamente na provincia de Angola, e das providencias que tomara o governador d'ella, para combater a situação pouco favoravel em que aquella provincia se acha.

N'aquelle casa do parlamento disse elle, orador, por parte do governo, e agora tinha tambem a satisfação de o dizer n'esta, que com quanto não sejam extremamente assustadoras essas circumstancias, são com tudo bastante graves para que o governo não abandone o curar d'aquellas colonias, e em vista d'isto, e como resposta ao digno par o sr. visconde de Sá, diz á camara, que o governo tem já embarcadas duzentas praças, que dentro de poucos dias hão de sair na corveta *Estephania* para Angola. Deu tambem ordem para que se prompto o vapor *D. Maria Anna*, que estava destinado para ir para Moçambique, a fim de transportar para Angola força e petrechos de guerra; e igualmente ordenou se preparasse outra força que ha de ser enviada para ali n'outra embarcação. Alem d'isto outras providencias se tomaram tendentes ao fim que se tem em vista. Vê portanto o digno par o sr. visconde de Sá e a camara, que o governo tem em toda a consideração este negocio, e mui seriamente se occupará d'elle, por isso que as ultimas noticias que d'ali vieram não são boas: e se o governo julgar que são necessarias algumas medidas legislativas, virá propo-las ás cortes, certo como está, de que tanto n'esta como na outra casa do parlamento, achará todo o apoio em favor de uma causa que é de tamanho interesse nacional (apoiados).

O sr. Visconde de Sá:—satisfaz-se com o que acabava de dizer o sr. ministro do reino, acrescentando, elle orador, por esta occasião, que achava conveniente o mandar-se algum dinheiro para Angola, porque ali ha falta de fundos (apoiados).

Observará tambem que, como actualmente ha um presidente do conselho sem pasta, poderia ser encarregado dos negocios do ultramar, separando-os da marinha: e com a actividade que todos reconhecem no actual sr. presidente do conselho, parece-lhe que os negocios do ultramar ganhariam muito, tirando de ali grande proveito aquellas nossas possessões.

O sr. Visconde de Atho-guia:—expoz que se achava n'esta casa um projecto de lei vindo da outra camara, pelo qual se trata de dar uma pensão á virtuosa sr.<sup>a</sup> duquesa, viúva do seu camarada e collega do sr. duque da Terceira. Não sabe que andamento teve esse projecto, se está ainda sobre a mesa (Uma voz:—está): então parece-lhe que deve ser já remetido á commissão de fazenda para dar o seu

parecer: e constando-lhe que n'ella faltam alguns membros, propõe que se lhe adicionem os dignos pares que forem precisos, para que ella apresentasse n'aquelle mesmo dia o seu parecer, porque é justo que esta camara imite o que fez a dos srs. deputados, como o pede a dignidade da camara dos pares do reino (apoiados).

O sr. Presidente:—disse só existirem n'este dia na camara tres membros da commissão de fazenda; e em presenca d'isto ia propor, se se lhe devem addir mais alguns dignos pares.

Assim se approvou.

O sr. Presidente:—e por quem ha de ser feita a nomeação?

Vozes:—pela mesa.

Pausa.

O sr. Presidente:—então a mesa nomeia para serem adjuntos á commissão de fazenda aos dignos pares, os srs. conde da Ponte, marquez de Ficalho, visconde de Atho-guia e Izidoro Guedes, a fim de irem formular o seu parecer.

Sairam da sala.

O sr. Visconde de Balsemão:—propoz que se prorrogasse a sessão até se apresentar e votar o parecer de que se tratava.

O sr. Presidente:—como se passava á ordem do dia, durante ella se veria se seria preciso prorrogar-se a sessão, para se discutir o parecer relativo á sr.<sup>a</sup> duquesa da Terceira.

#### ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PARECER SOBRE O CONTRATO DO CAMINHO DE FERRO

Leu-se o artigo 2.º, e como ninguém pedisse a palavra foi approvado, e assim todos os mais do projecto, sem discussão, ficando approvado, e a mesma redacção.

O sr. Presidente:—ordenou se fizesse a leitura da proposta apresentada n'esta sessão pelo digno par visconde de Sá, e assignada por muitos dignos pares.

Leu-se, e em seguida foi approvada.

O sr. Presidente:—declarou que a deputação, que tinha de levar á sancção real o projecto de lei que n'esta sessão se votára, seria composta, alem d'elle presidente, dos dignos pares, o sr. secretario D. Pedro do Rio, visconde de Sá da Bandeira, barão da Arruda, barão de Aneide, barão de Porto de Moz e D. Antonio José de Mello.

E como se não sabia ainda o dia em que Sua Magestade a receberia, os dignos pares seriam avisados previamente.

Entrou na sala a commissão de fazenda, e o digno par o sr. José Izidoro Guedes leu o seguinte parecer n.º 10:

A commissão especial de fazenda foi presente o projecto de lei vindo da camara dos srs. deputados, sobre proposta do governo, que tem por fim conceder á duquesa da Terceira, viúva do marechal do exercito duque da Terceira, uma pensão vitalicia em remuneração dos relevantes serviços por elle feitos ao paiz, na restauração do throno legitimo e das liberdades patrias.

A commissão, reconhecendo que é devido á viúva de tão illustre e valente general um testemunho publico de gratidão nacional, foi unanime em approvar o referido projecto, offerecendo porém á consideração da camara uma substituição ao artigo 2.º do mesmo projecto, por lhe parecer que assim completa o pensamento que decretou a pensão de que se trata.

Substituição ao artigo 2.º:

A pensão de que trata a presente lei é isenta de direitos de mercê e sello, e de quaesquer outros impostos, e de emolumentos, applicando-se-lhe os artigos 2.º e 3.º do decreto de 18 de outubro de 1836, e o seu vencimento e pagamento começará desde a data do decreto que a concede.

Sala da commissão, 2 de maio de 1860.—Visconde de Castellões—Thomás de Aquino de Carvalho—Visconde de Atho-guia—Conde da Ponte—Marquez de Ficalho.

#### PROJECTO DE LEI N.º 15

Artigo 1.º É approvado o decreto de 30 de abril de 1860, que, em remuneração dos valiosos e relevantes serviços feitos á patria pelo marechal do exercito duque da Terceira, concede á duquesa da Terceira, sua viúva, a pensão annual e vitalicia de 4:400\$000 réis.

Art. 2.º O vencimento da pensão de que trata a presente lei começará desde a data do decreto que a concede.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Palacio das cortes, em 30 de abril de 1860.—Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente—Joaquim Gonçalves Mamede, deputado, secretario—Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado, secretario.

O sr. Presidente:—se se cingisse á marcha estabelecida no regimento devia ser impresso este parecer e distribuido, mas talvez que a camara quizesse decidir já este negocio (apoiados); propunha por tanto á votação o parecer.

Foi approvado por unanimidade.

O sr. Conde do Bomfim:—disse entrar em duvida se no projecto de lei está explicitamente declarado, que a pensão não pagará decima; e por isso tinha feito um addicionamento que passava a apresentar.

O artigo 2.º do projecto de lei... (Uma voz:—É claro que não pagará decima a pensão.) Muito bem, como a camara assim o entende, então não manda para a mesa o addicionamento que se propunha apresentar (apoiados).

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—disse que a camara acabava de fazer um acto de justiça, approvando unanimemente a pensão concedida á viúva duquesa da Terceira, mostrando assim o apreço que tem os serviços do seu esposo, que porém constava que o nobre duque tinha deixado dividas, não sabendo porém elle, orador, a quanto chegavam, que pagar a nação estas dividas seria de certo a maior demonstração de respeito e veneração que poderia dar pela memoria de um homem que tão relevantes serviços fizera para estabelecer a liberdade na sua patria; que em consequencia das dividas do nobre duque, a que alludira, a duquesa se veria talvez obrigada a empregar no pagamento das referidas dividas a maior parte da pensão que lhe fóra concedida, vindo por consequencia a malograr-se a intenção das cortes que lhe votaram aquella pensão, não só em reconhecimento dos valiosos serviços do nobre duque, mas tambem para que a duquesa podesse viver como convem á viúva d'aquelle benemerito cidadão; que assim pedia aos srs. ministros, que tomassem este negocio em contemplação, vendo o que se poderia fazer, para que a nobre duquesa tivesse em todo o caso um apañigo digno da nação portugueza que l'ho votára, e digno da viúva de tão illustre portuguez.

O sr. José Izidoro Guedes:—uniu os seus votos ao que acabava de dizer o digno par o sr. Visconde de Fonte Arcada, e só observaria, que cumpre attender a que era muitissima a bondade do fallecido sr. duque da Terceira, e esta razão é bastante forte para que se examine bem qual é a procedencia legal das dividas que s. ex.<sup>a</sup> contrahiui, a fim de se não pagar as que não forem justas.

O sr. Presidente:—Não havendo objectos a tratar, senão o parecer n.º 9, sobre o projecto apresentado pelo sr. marquez de Niza, mandou-se-lhe imprimir para ser distribuido por casa dos dignos pares, e entrar em discussão na terça-feira proxima. Levantou a sessão.—Eram cinco horas da tarde.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 2 de maio de 1860

Os srs.: visconde de Laborim; marquezes, de Ficalho, de Fronteira, das Minas, de Niza, de Vallada; condes das Alcaçovas, de Arrochella, de Avillez, do Bomfim, do Farrobo, de Mello, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, do Sobral, da Taipa; Bispo do Beja; viscondes, d'Atho-guia, de Balsemão, de Benagazil, da Borralha, de Castellões, de Fonte Arcada, de Fornos de Algodres, de Gouveia, da Luz, de Ovar, de Sá da Bandeira; Barões, da Arruda, de Aneide, de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, D. Carlos Mascarenhas, Moraes Pessanha, Aguiar, Larcher, Silva Costa, Izidoro Guedes, Eugenio de Almeida, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

Em virtude da resolução da camara dos dignos pares, tomada em sessão de hoje, publica-se o seguinte

#### PROJECTO DE LEI

Regulando as vantagens dos militares que servirem no ultramar

#### CAPITULO I.

DOS POSTOS MILITARES NO ULTRAMAR

Artigo 1.º Os postos militares dos quadros dos corpos e estados maiores das provincias ultramarinas da Africa, e os de Timor e Solor, e Macau, ficam considerados de commissão.

Art. 2.º Os postos, que vagarem nos quadros militares das referidas provincias, serão preenchidos pelos officiaes, ou individuos competentemente habilitados ahi em serviço, ou por outros idos do reino, ou de outras provincias ultramarinas, conforme a legislação em vigor.

Art. 3.º Ficam prohibidas as graduações de postos aos officiaes no ultramar.

#### CAPITULO II.

DOS OFFICIAES QUE VÃO DO REINO SERVIR NO ULTRAMAR.

Art. 1.º Aos officiaes do exercito de Portugal, que forem servir nos quadros dos corpos e estados maiores das provincias ultramarinas, será concedido um posto de acesso, sem prejuizo da antiguidade dos officiaes da respectiva classe do corpo ou arma a que pertencerem, devendo servir effectivamente quatro annos aquelles que forem para as provincias da Africa, ou para Timor e Solor, e seis annos aquelles que forem servir no estado da India, ou em Macau, para se lhes verificar definitivamente, com a dita clausula, o posto no exercito de Portugal.

Art. 2.º Aos officiaes do exercito nomeados governadores geraes das provincias ultramarinas e aos governadores de S. Thomé e Principe, e de Macau, será concedido um posto de acesso, sem prejuizo da antiguidade dos mais antigos da respectiva classe do corpo ou arma a que pertencerem, devendo servir effectivamente quatro annos nos respectivos governos.

§ 1.º A mesma regra estabelecida n'este artigo é applicada aos governadores subalternos de Guiné, ilha do Principe, Ambriz, Gologno Alto, Benguela, Mossamedes, Lourenço Marques, Inhambane, Soffala, Zambezia, Cabo Delgado, Diu, Damão, Timor e Solor.

§ 2.º A mesma regra estabelecida n'este artigo será applicada aos officiaes que forem nomeados secretarios dos governos geraes das provincias ultramarinas, e ajudantes de ordens dos governadores das ditas provincias.

maiores, ou corpos de primeira linha, do ultramar, que entrarem em campanha, se contará dobrado o tempo de serviço, em quanto ella durar, e se darão os vencimentos de campanha.

Art. 16.º Aos officiaes que se impossibilitarem no serviço, em consequencia de feridas em combate, ou por molestias endemicas, e como taes julgados incapazes de serviço pela junta militar de saúde, serão applicaveis as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 17.º O beneficio das disposições da referida carta de lei de 19 de janeiro de 1827 será applicavel ás familias dos officiaes que morrerem em combate, ou em consequencia de feridas, ou de molestias endemicas, nos termos da mesma carta de lei.

## CAPITULO III

DOS OFFICIAES EUROPEUS, E DA AFRICA OCCIDENTAL, PERTENCENTES ÁS PROVINCIAS ULTRAMARINAS

Artigo 1.º Os officiaes europeus, ou descendentes de europeus, nas provincias ultramarinas na Africa occidental, e os naturaes das mesmas provincias, pertencentes aos quadros militares do ultramar, ficam pertencendo ao exercito do Portugal, na forma abaixo declarada.

§ 1.º Os referidos officiaes serão considerados como se tivessem pertencido ao exercito do reino no posto de alferes, ou segundo tenente, desde a data da sua partida para o ultramar, na qualidade de official, comparando-se desde a mesma data as suas antiguidades para o accesso a que possam ter direito, conforme as armas a que pertencerem.

§ 2.º Os officiaes de artilheria, que não tiverem o curso de estudos da respectiva arma, serão considerados como de infantaria.

§ 3.º Aos officiaes europeus, aos descendentes de europeus nas provincias de Africa occidental, e aos naturaes da mesma provincia que ali tiverem tido o posto de alferes, ou segundo tenente, se contará a antiguidade d'esse posto, segundo a regra estabelecida neste artigo, desde a data da publicação dos seus primeiros despachos de official nas provincias ultramarinas.

Art. 2.º Aquelles officiaes a quem, segundo o disposto no artigo antecedente, não pertencam ainda no exercito de Portugal os postos ou graduações que têm no ultramar, serão considerados promovidos a esses postos ou graduações sem prejuizo da antiguidade dos officiaes do exercito do reino mais antigos do que elles, em relação aos postos em que se acharem, fazendo-se-lhes a liquidação, conforme a regra acima estabelecida, e não entrarão nos quadros dos corpos senão depois dos officiaes que permanecerem no reino alcançarem os mesmos postos ou graduações.

Art. 3.º Os officiaes do ultramar só poderão regressar a Portugal quando tenham o posto de capitão, e contarem dez annos de serviço militar effectivo no ultramar, tendo tres annos d'esse posto, com boas informações do governador da respectiva provincia.

Art. 4.º Os officiaes das provincias ultramarinas, que regressarem a Portugal, só poderão entrar nos quadros dos corpos do reino, depois de serem inspecionados pela Junta militar de saúde em Lisboa, e julgados promptos para todo o serviço.

Art. 5.º Aos officiaes que houverem servido effectivamente nas provincias ultramarinas mais de tres annos será inteiramente applicado o disposto no artigo 12.º do capitulo 2.º d'esta lei.

Art. 6.º Os officiaes, que forem julgados incapazes de serviço activo pelas juntas militares de saúde, serão reformados conforme a lei, e poderão permanecer nas provincias em que se acharem, ou regressar ao reino, em cujo caso serão addidos ao corpo de veteranos da marinha, recebendo por elle os seus vencimentos, que ficarão a cargo das provincias a que pertencerem.

Art. 7.º Aos officiaes reformados, ou pertencentes a estados maiores de praças, e aos que já se acham addidos ao corpo de veteranos da marinha, pertencentes ás provincias ultramarinas, será inteiramente applicavel o disposto no artigo antecedente.

## CAPITULO IV

DOS OFFICIAES DA AFRICA ORIENTAL, E DA ASIA PERTENCENTES ÁS PROVINCIAS ULTRAMARINAS

Artigo 1.º Os officiaes naturaes da Africa oriental, e os de Macau, Timor e Solor, ficarão pertencendo ao exercito do estado da India, applicando-se-lhes o disposto no capitulo 3.º d'esta lei.

Art. 2.º Aos officiaes do exercito do estado da India, que forem servir nas outras provincias ultramarinas, será applicavel o disposto no capitulo 2.º d'esta lei, ficando pertencendo ao exercito do mesmo estado.

Art. 3.º Os officiaes do exercito do estado da India, em activo serviço, terão o augmento de 25 por cento nos seus soldos, em quanto permanecerem n'esse serviço.

## CAPITULO V

DAS PRAÇAS DE PRET QUE VÃO SERVIR NOS CORPOS DO ULTRAMAR

Artigo 1.º Haverá em Lisboa um deposito para receber as praças de pret do exercito, ou voluntarios, que se alistarem para ir servir no ultramar.

Art. 2.º As praças de pret do exercito de Portugal que forem servir voluntariamente no ultramar, e os individuos europeus que se alistarem para ali irem servir, receberão uma gratificação de 5000 réis por occasião da sua partida para as provincias a que se destinarem, e deverão servir quatro annos o que forem para as provincias de Africa, ou para Timor e Solor, e seis annos os que forem para a India ou para Macau.

Art. 3.º As praças de pret europeas terão os mesmos vencimentos que no reino.

Art. 4.º As praças de pret que tiverem postos inferiores no exercito de Portugal, e se offerecerem para o ultramar, serão promovidas aos postos immediatos para esse serviço.

Art. 5.º As praças de pret que servirem no ultramar, na conformidade do artigo 2.º d'este capitulo, será contado o tempo dobrado de serviço, desde o dia da sua partida até ao do seu regresso a Portugal.

Art. 6.º As praças de pret que completarem o seu tempo de serviço no ultramar, e desejarem continuar n'elle, terão a gratificação de 40 réis diarios, em moeda forte de Portugal, em quanto permanecerem n'esse serviço.

Art. 7.º As praças de pret que completarem o seu tempo de serviço no ultramar usarão de um distinctivo da cor do forro do seu uniforme no braço direito.

Art. 8.º As praças de pret que completarem o seu tempo de serviço no ultramar, os governadores goraes ou governadores das provincias, farão dar logo as suas baixas, se as requererem, e darão passagem para Portugal, á custa do governo da respectiva provincia.

Art. 9.º Aquellas praças que preferirem as suas baixas, e permanecerem nas provincias de Africa, ou em Timor e Solor, terão preferencia para todos os empregos publicos para que forem aptas.

Art. 10.º As praças de pret que forem julgadas incapazes de serviço, em consequencia de feridas recebidas em combate, serão addidas a veteranos, ou admitidas no asylo de invalidos em Runa se forem solteiros, e estiverem incapazes de todo o serviço.

Art. 11.º As praças de pret que forem julgadas incapazes de serviço activo, por molestias adquiridas no mesmo serviço no ultramar, serão admitti-

das nos corpos de veteranos, quando tenham completado o tempo porque fossem servir.

Art. 12.º As praças de pret que sem haverem completado o tempo porque fossem para o ultramar, forem julgadas incapazes de serviço, será conferida baixa do mesmo serviço, transporte para Portugal, e um anno de vencimento de pret de gratificação.

Art. 13.º As praças de pret do exercito da India que forem servir nas outras provincias ultramarinas, será extensivo tudo quanto fica estabelecido para as do exercito de Portugal, com a differença da gratificação na occasião da partida, que será aquella que se determinar.

## CAPITULO VI

DA FORÇA DO EXERCITO DE PORTUGAL QUE FOR SERVIR NO ULTRAMAR

Artigo 1.º Qualquer força do exercito, que sair de Portugal para ser empregada no ultramar, será considerada destacada.

Art. 2.º Os destacamentos para as provincias da Africa ou para Timor e Solor nunca excederão o tempo de tres annos, e os que forem para o estado da India ou Macau não excederão a quatro annos.

Art. 3.º Não se darão postos de accesso por occasião dos ditos destacamentos, ou expedições extraordinarias; mas durante esse serviço vencerão os officiaes alem dos soldos e gratificações actuaes e metade mais dos mesmos soldos e gratificações, e as rações de campanha; e os officiaes inferiores e mais praças de pret terão o dobro do respectivo pret.

Art. 4.º Quando a natureza da expedição o exigir, o governo recorrerá ás cortes para que, alem das comedias de bordo, se arbitrem ajudas de custo ou gratificações, segundo os postos, proporcionadas segundo a qualidade do serviço a que for destinada, e segundo o logar e a distancia para onde for.

Art. 5.º Aos officiaes e praças de pret do exercito que destacarem para o ultramar se contará o dobro do tempo d'aquelle serviço, desde o dia da sua partida até ao do seu regresso a Portugal, para reformas, passagem a veteranos, ou para condecorações.

Art. 6.º Aos officiaes e praças de pret que pretenderem continuar o serviço nas provincias ultramarinas, no fim do tempo porque fossem destacados, será isso concedido conforme o disposto no capitulo 2.º d'esta lei.

Art. 7.º Em tempo de guerra os officiaes e praças de pret terão o dobro dos seus vencimentos de tempo de paz, e as competentes rações de etape e forragens.

Art. 8.º Aos officiaes e praças de pret que forem julgados incapazes de serviço, pelas juntas militares de saúde, em consequencia de feridas recebidas em combate, ou de molestias endemicas serão applicaveis as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827, nos termos da mesma lei.

Art. 9.º O beneficio das disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827 será applicavel ás familias dos officiaes e praças de pret que morrerem em combate, ou em consequencia de feridas, ou de molestias endemicas, nos termos da dita lei.

## CAPITULO VII

DOS OFFICIAES DA ARMADA E PRAÇAS DE MARINHA EM SERVIÇO NO ULTRAMAR

Artigo 1.º Aos officiaes da armada nomeados governadores, secretarios, e ajudantes de ordens para o ultramar, será inteiramente applicavel o disposto no capitulo 2.º d'esta lei, conforme o que fica marcado para os officiaes de igual patente do exercito.

Art. 2.º Aos officiaes e mais praças da armada em serviço em terra no ultramar, ou nas estações da Africa, será inteiramente applicavel o que fica disposto no capitulo 2.º d'esta lei.

## CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 1.º Aos officiaes do exercito de Portugal, ou do estado da India, despachados conforme o decreto de 10 de setembro de 1846, e que se acham em serviço no ultramar, ou para ali estejam nomeados, é extensivo o disposto nos artigos 1.º, 2.º e 3.º do capitulo 2.º d'esta lei.

§ unico. Do mesmo beneficio gozarão os officiaes da armada em identicas circunstancias.

Art. 2.º As praças de pret dos corpos de primeira linha do ultramar que entrarem em campanha, se contará dobrado o tempo d'esse serviço, e se darão os vencimentos de campanha, em quanto ella durar.

Art. 3.º Ficam derogados os decretos com força de lei de 16 de setembro de 1799, 16 de dezembro de 1807, o alvará de 2 de janeiro de 1807, o decreto de 10 de setembro de 1846, e toda a mais legislação em contrario.

Camara dos dignos pares do reino, em 12 de maio de 1860.—*Conde do Bomfim.*

Está conforme. Secretaria da camara dos dignos pares, em 12 de maio de 1860.—*Diogo Augusto de Castro Constancio.*

## CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 14 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTINS

Sendo um quarto depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 69 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Antonio de Carvalho, de que por incommodado de saúde faltou ás sessões da camara desde o dia 5 até 12 de maio.—Inteirada.

2.ª Do sr. Azevedo Pinto, de que não compareceu á sessão de 12 por motivo justificado.—Inteirada.

3.ª Do sr. Rebello da Silva, de que por motivo de doença não pôde comparecer ás sessões de 10, 11 e 12 do corrente.—Inteirada.

4.ª Do sr. Custodio de Faria, de que por falta de saúde não pôde comparecer nas duas sessões antecedentes.—Inteirada.

5.ª Do sr. Calça e Pina, de que não tem comparecido a algumas sessões, no corrente mez, por motivo justificado.—Inteirada.

## CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio das obras publicas, acompanhando a copia do decreto, pelo qual Sua Magestade houve por bem conceder uma pensão vitalicia de 240\$000 réis annuaes a D. Helena, Emilia da Costa, viúva de José Lucio da Costa.—A commissão de fazenda.

2.º Do ministerio do reino, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Luiz Albano, relativos á escola medico-cirurgica de Lisboa.—Para a secretaria.

3.º Da commissão de fazenda, participando que já no 1.º do corrente mez devolveu, com as informações pedidas, o requerimento em que alguns empregados publicos civis, demittidos em 1833, pedem augmento nos seus actuaes subsidios, estando por esta forma prevenido um requerimento do sr. J. A. P. Nogueira.—Para a secretaria.

4.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação da camara municipal do Sardoal, em que pede a concessão de umas casas sitas n'aquella villa.—A commissão de fazenda.

5.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Barros e Sá, relativamente ao pagamento de cautelas duplicadas pertencentes ao fundo de amortização.—Para a secretaria.

6.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação da mesa do definitório da ordem terceira da penitencia de Coimbra, em que pede a concessão do cerco do extincto collegio do Carmo d'aquella cidade.—Para a secretaria.

7.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento de Manuel Ignacio da Silva Trigueiros, em que pede um subsidio.—A commissão de fazenda.

8.º Uma representação da camara municipal de Monção, pedindo autorisação de lançar o imposto de 30 réis em alqueire de sal que entrar no seu concelho, para o seu producto ser applicado ao aperfeiçoamento das aguas thermaes, proximas do rio Minho.—A commissão de administração publica, ouvida a de saúde publica.

9.º Da camara municipal da villa da Póvoação, pedindo que se vote um subsidio para melhoramento das aguas thermaes das Furnas.—A commissão de fazenda, ouvida a de saúde publica.

10.º Da mesma camara municipal, pedindo a criação de uma cadeira de latim no seu concelho.—A commissão de instrução publica, ouvida a de fazenda.

11.º Da camara municipal de Carracedo de Ancies, pedindo que o seu concelho seja elevado a comarca.—A commissão de estatística.

12.º Da camara municipal da villa da Ribeira Grande, pedindo a conservação da relação dos Açores.—A commissão de legislação.

13.º De Pedro Francisco da Costa Alvarenga, pedindo uma medida legislativa que lhe permita ser admitido no concurso para as cadeiras de medicina na escola medico-cirurgica de Lisboa.—A commissão de instrução publica.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que o governo, pela repartição do reino, informe a camara sobre as fabricas de aguardente que ficaram exceptuadas nas medidas que se tomaram para a execução do decreto de 27 de agosto de 1855, removendo-se todas quantas existiam na arca de cinco leguas em toda a fronteira.—*Alves Martins.*

2.º Requeiro que o governo, pela repartição da guerra, informe a camara acerca das torturas que tem soffrido na torre do S. Julião um soldado que fôra condemnado pelos tribunaes.—*Alves Martins.*

São remittidos ao governo.

Manda-se communicar ao governo a seguinte nota de interpegação:

«Requeiro que a mesa previna o sr. ministro da justiça, de que desejo chamar a attenção de s. ex.ª sobre o estado da comarca de Cêa, e sobre as circunstancias do primeiro substituto do juiz de direito, Antonio Gomes da Costa.—*Alves Martins.*»

Tem segunda leitura um projecto de lei do sr. Garcia Peres, regulando o direito de tonelagem que devem pagar as embarcações estrangeiras que entram no porto de Setúbal.

Sendo admittido, é enviado á commissão de fazenda, ouvida a de pautas.

O sr. *Arrobas*:—pede se lhe reserve a palavra para quando estiver presente algum dos srs. ministros.

O sr. *Almeida Pessanha*:—manda para a mesa um requerimento, pedindo alguns esclarecimentos, pelo ministerio das obras publicas, porque tem de dirigir uma interpegação ao sr. ministro respectivo, sobre a falta de execução da carta de lei de 7 de junho de 1859.

O sr. *Afonso Botelho*:—pede se lhe reserve a palavra para quando estiver presente algum dos srs. ministros.

O sr. *Palmeirim*:—envia para a mesa dois pareceres da commissão de fazenda, sendo um a respeito das contas da junta do credito publico.

O sr. *Blanc (Viriato)*:—envia para a mesa uma representação das freiras de Nossa Senhora de Subsera, na Castanheira, declarando que adherem ao requerimento das religiosas de Lisboa, contra a desamortização dos bens das freiras.

O sr. *Rojão*:—manda para a mesa uma representação de cento e oitenta dos maiores proprietarios e lavradores do concelho de Estremoz, contra os projectos financeiros apresentados pelo sr. ministro da fazenda.

O sr. *Coelho do Amaral*:—pede lhe seja reservada a palavra para quando estiver presente o sr. ministro das obras publicas.

O sr. *Rebello Cabral*:—deseja a presença do sr. ministro das obras publicas, mas não obstante a sua ausencia não pôde deixar de chamar a sua attenção sobre a lei ultimamente approvada, relativa ao contrato do caminho de ferro de leste e norte.

Mal pensavam muitas pessoas, quando approvaram, com mais ou menos restricções, aquelle contrato, que logo em poucos dias a empresa havia de se considerar com o arbitrio de poder fazer tudo quanto quizesse. O sr. Salamaça, segundo o contrato, não tem direito de fechar as estações que estavam abertas, e que tinham sido julgadas necessarias pelo governo (apoiados): entretanto de hoje por diante ficam suspensas as de Alverca, Villa Nova da Rainha e Regengos, e deseja saber qual é o direito que o sr. Salamaça tem de fechar estas estações. Ainda hontem n'um annuncio se diz que o transito continuará inalteravel desde a estação de Lisboa até á ponte de Asseca, entretanto no mappa de hoje apparecem tres estações supprimidas. Entende pois que o governo deve mandar observar a lei, porque a empresa não tem direito nenhum de fazer estas alterações.

Pede portanto que se consulte a camara para que, logo que chegue o sr. ministro das obras publicas, lhe seja concedida a palavra sobre este assumpto.

A camara decide que apenas esteja presente o sr. ministro das obras publicas se concedesse a palavra ao sr. Rebello Cabral para o fim indicado.

O sr. *Visconde de Pindella*:—envia para a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que seja impresso no *Diario de Lisboa* o projecto de lei do recrutamento, apresentado pelo sr. deputado Joaquim Cabral.»

É approvado.

O sr. *Mello Soares*:—indicando que o projecto apresentado pelo sr. deputado Moraes Soares, em relação ás caudalarias, é de summa importancia pelos dados estatísticos que apresenta, manda para a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que seja impresso no *Diario de Lisboa* o projecto do illustre deputado o sr. Rodrigo de Moraes Soares, relativo a caudalarias, imprimindo-se igualmente todos os mappaes annexos ao dito projecto.—*Mello Soares*—D. José Manuel de Menezes de Alarcão.»

É approvado.

O sr. *Alves Martins*:—pede lhe fique reservada a palavra para quando estiver presente algum dos srs. ministros.

O sr. *Thomás de Carvalho*:—quando alguns povos da margem do caminho de ferro entenderem que se projectava a supressão de algumas estações do mesmo caminho, apresentaram-lhe um requerimento, pedindo-lhe que advogasse os seus interesses, como seu representante, perante o sr. ministro das obras publicas: o requerimento foi fielmente entregue, mostrando ao mesmo tempo a s. ex.ª a grande utilidade que havia de se não fecharem algumas das estações. Não tendo o requerimento dos povos, nem o seu pedido tido o feliz exito que devia ter, envia para a mesa a seguinte nota de interpegação:

«Requeiro que o sr. ministro das obras publicas, commercio e industria, seja convidado a responder a uma interpegação que desejo dirigir-lhe sobre a supressão de varias estações do caminho de ferro de leste. Em 14 de maio de 1860.—*Thomás de Carvalho*—*Carlos Bento da Silva*.»

Continuando, chama tambem a attenção da commissão especial, nomeada para regularisar a publicação das sessões da camara, sobre a necessidade de, quanto antes, apresentar um parecer que proveja a este serviço.

O sr. *Rebello de Carvalho*:—por parte da commissão encarregada de melhorar a publicação das sessões da camara, tem a informar que a commissão já se reuniu, e espera brevemente apresentar o resultado dos seus trabalhos. A commissão teve necessidade de colher informações tanto da secretaria como dos tachygraphos, e em vista d'ellas dará o seu parecer.

O sr. *Barros e Sá*:—visto que o sr. relator da commissão já deu as explicações que eram sufficientes e precisas, só acrescentará que a sua opinião é que convém tratar d'este assumpto, porque o estado actual não pôde continuar assim.

## ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 22

O sr. Presidente:—continua a discussão dos artigos 2.º e 3.º

O sr. *Pinto Coelho*:—continuando o seu discurso, nota que já na sessão passada disse que lhe parecia que se tinham lançado para a discussão principios sobre esta materia, que se não podem sustentar, posto que fossem acobertados com a respeitabilidade de nomes de pessoas importantes. A base de toda a argumentação, o principio fundamental que tinha visto apresentar em favor do projecto, é, de que ha necessidade de um poder central completamente estranho ao interesse do fisco, e completamente estranho aos interesses dos proprietarios e dos contribuintes a quem fique entregue a confecção das matrizes, é esta tambem a idéa que se acha no parecer da commissão; mas pede licença para dizer, que esta idéa é completamente errada, e não sabe onde está esse poder central, porque pelo projecto a maioria das juntas dos repartidores são delegados do governo; portanto é o governo que zela, é o fisco que zela o cumprimento das leis, a fim de que a fazenda publica não seja defraudada.

O sr. Dias Ferreira, resumindo as suas idéas, disse que nas juntas dos repartidores devia preponderar o elemento do fisco; porém responde ao illustre deputado que não deve preponderar nem o elemento do fisco, nem o da propriedade, mas devem preponderar os interesses legitimos; e por isso a formação das matrizes deve ser entregue a um poder completamente estranho a esses interesses, embora o parecer da commissão diga, que é preciso reforçar a acção da autoridade administrativa para que ella possa ser superior aos interesses das localidades; mas para isso é preciso ter em vista as instituições que nos regem, e o tempo em que se está; porque todos os sistemas têm os seus prós e inconvenientes; e é impossivel querer hoje ligar os principios dos dois poderes absoluto e representativo, como parece poder induzir-se das doutrinas apresentadas pelos defensores do projecto que se discute.

Se os contribuintes tem um interesse, e o fisco tem outro, convem, para evitar os abusos, que se limitem as raías da sua esphera legal, e parece-lhe que o conselho de districto é muito mais competente para a decisão d'estas questões, do que as juntas dos repartidores taes quaes se propõem pelo projecto.

Admitte a substituição do recurso do conselho de districto para o conselho d'estado, por isso mesmo que elle está superior a todos, e está mais nas circunstancias de poder estabelecer a igualdade em todos os concelhos; mas nunca pôde admitir que a junta dos repartidores, em que prepondera o elemento do fisco, segundo as disposições do projecto, seja a primeira a tomar conhecimento do recurso. Isto é contra toda a justiça e contra os proprios principios invocados pela commissão, de que ninguém pôde ser juiz em causa propria; portanto n'esta parte não tinha duvida em concordar com a substituição apresentada por um seu collega, de que essas juntas fossem compostas de dois proprietarios, de dois delegados do fisco, e de um terceiro proprietario nomeado pelo governo civil, que reúna todas as condições para o desempeço.

Tem-se dito que os impugnadores do projecto são os que utilizam com os defeitos das matrizes actuaes. Tanto direito, se o ha, tem a opposição de attribuir vistas sinistras ao governo na apresentação do projecto, como os defensores do mesmo projecto têm direito de attribuir essas vistas sinistras á opposição.

Não diz como podia dizer, por parte da opposição, que este projecto tende a armar o governo de uma arma temerosa em materia eleitoral, fazendo do escrivão de fazenda um verdadeiro pachá, para compensar a descentralisação em materia eleitoral; tem obrigação de afastar da consciencia dos ministros similhantes supposições, e pedir á camara que olhe para este projecto como um bom desejo de melhorar, quanto possível, a desigualdade das matrizes, e que todos concorram para as despesas publicas em proporção dos seus haveres. Mas dizendo a opposição que não ha direito de supor más intenções da parte dos ministros, tambem dirá, que quem defende o projecto não tem direito algum para dizer que os defensores das matrizes actuaes são os que utilizam com os defeitos d'essas mesmas matrizes (apoiados). Isto é um systema antigo que deve acabar; quando se não pôde defender, segundo os principios, uma causa, trata-se de a fazer legítima, pondo fóra da discussão aquelles que a combatem.

Se não se amedronta com essas supposições, porque está pela sua vida publica, e pela sua posição, superior a ellas, e não tem medo de que lhe apontem lucros tirados dos defeitos das matrizes.

E declara, que os maiores absurdos que os governos d'esta terra têm praticado até hoje, é propor medidas legislativas tendentes a conservar no statu quo matrizes que o proprio governo tinha declarado erradas.

Sabe muito bem que muitas vezes, podendo remediar-se um mal, o remedio que se lhe applica, em vez de o curar, agrava-o; mas sabe tambem que quando a propria autoridade publica vem pedir ao corpo legislativo a continuação d'essas matrizes, não ha direito para dizer que quem combate este projecto quer lucrar com os erros.

Pede portanto á camara que considere a questão só em frente dos principios, e se decida por elles, acreditando nas sinceras intenções do ministro que apresentou a proposta.

Se aqui o governo quer evitar a desigualdade entre proprietarios e proprietarios de um mesmo concelho, ou de concelho para concelho, ou de districto para districto, entende que o projecto não contém em si as medidas absolutamente indispensaveis para se chegar a esse resultado. Confia o governo em todos os seus delegados, a ponto de poder acreditar que os seus delegados não de ser as mesmas que não de animar os delegados nas diferentes localidades? Todos os administradores de concelho são estranhos aos interesses dos proprietarios dos seus concelhos? Todos elles fazem só o que lhes compete no cumprimento e exercicio das suas attribuições? A nenhuma d'estas perguntas se pôde responder affirmativamente. Como é pois que o sr. mi-

nistro confia tão plenamente n'estes seus delegados para os tornar arbitros n'este negocio? Os proprietarios são incapazes de tomar parte na feitura das matrizes, porque são proprietarios, e quando o administrador do concelho, o escrivão de fazenda e o delegado forem proprietarios, *quid juris?* Que determina o projecto n'este caso? Se o projecto ou uma lei qualquer existente declarasse que os administradores dos concelhos fossem como os antigos juizes de fóra, tirados de uma classe completamente estranha aos moradores do concelho, e aos interesses d'essa localidade, então podia o sr. ministro confiar por esse lado; mas a experiencia mostra que a existencia de uma chamada lista official, em momentos eleitoraes, é um dos maiores absurdos em materia legislativa; lista official contra a qual se compromete a apresentar um projecto de lei para a destruir; porque, em quanto ella existir, o governo ha de manter nos concelhos as pessoas que possam ter ali maior influencia, e essa influencia traduz-se em ter maior ou menor numero de protegidos que votem com elle; e para os protegidos ha de haver o favor das matrizes, para os desprotegidos ha de ser o desfavor, e são estes que hão de pagar a falta d'aquelles.

É esta uma das difficuldades para a perfeição das matrizes, e a propria commissão reconhece isto, porque não diz que são os proprietarios de cada concelho os causadores das desigualdades das matrizes, mas que, como não tiravam lucro do seu trabalho, como não eram estipendiarios, abstinham-se do trabalho das matrizes, e entregavam-no ao escrivão de fazenda, com a condição de que aquelle concelho não havia de pagar mais do que os outros, e menos, se fosse possível. Por consequencia não são os proprietarios os principaes culpados d'essas desigualdades, mas os escrivães de fazenda, e é a esses mesmos que o governo entrega hoje a formação das matrizes!

Parce-lhe que a questão se pôde reduzir a termos simples: o fisco tem direito de pedir tudo que o proprietario poder pagar, e o proprietario tem direito de não pagar mais do que aquillo a que é obrigado pela lei. A tendencia do proprietario é para pagar menos, e a do fisco é para lhe exigir mais. N'estes termos deve haver um juiz superior aos interesses de um e outro. A junta dos repartidores, organizada da maneira que o governo propõe, é feita de modo a preponderar a favor do fisco contra a propriedade, logo este meio é contra os principios, e não se pôde admitir.

Apresentou-se uma substituição, pela qual é creada uma commissão composta de dois proprietarios nomeados pelas camaras municipais, dois nomeados pelo poder executivo, e um quinto tirado dos proprietarios nomeados pelos governadores civis.

no entanto não pôde deixar de fundamentar o seu voto.

O pensamento d'este projecto, que se encerra nos dois artigos em discussão, é sem dúvida preparar o aumento da contribuição, não pôde ser outro, porque não pôde ser simplesmente procurar um vaxame para os povos, improdutivo para o fisco, nem elle, orador, crê que o governo, e que os membros da commissão, que o têm defendido, quizessem afastar-se das conveniências publicas, das regras da sciencia administrativa e economica, só pelo gosto de o fazerem. Houve portanto um pensamento, e foi preparar as cousas para o aumento da receita publica n'esta parte.

Se este pensamento fosse franca e lealmente trazido á camara, nunca o podia impugnar, porque nunca podia impugnar a idea de que de futuro se ha de augmentar a contribuição predial, e não seria elle, orador, que negasse a conveniencia do augmento dos tributos em geral no futuro. Não é d'aquelles que dizem que a nossa propriedade pôde e deve pagar mais; a nossa propriedade deve e não pôde pagar mais, em quanto não for habilitada a fazelo. Quando uma serie de medidas de desvinculação, de desamortização, de credito predial, lhe deem um modo de ser, adequado á exigencia do tributo, então poderá o governo pedir-lhe uma percentagem igual ou menor, mas uma contribuição maior.

Ha no relatório d'este projecto duas partes que o chocam, e que não pôde deixar de mencionar, quaes são dizer-se: 1.º, que os meios empregados pela França não são sufficientes e propõe-se como melhor o arbitrio do escrivão de fazenda; 2.º, que os conselhos de districto eram maus porque eram nomeados pela junta geral do districto, o que elle, orador, rejeita como homem liberal, sem contudo attribuir a nenhum dos membros da commissão idéas menos liberais do que as suas.

No artigo 2.º do projecto altera-se a constituição da junta dos repartidores com o fim de dar força ao elemento fiscal. Desgradamente nem isso a que o governo se propõe se consegue, porque a força não vem nunca senão da respeitabilidade, e o escrivão de fazenda, que não tem habilitações, que não tem respeitabilidade, que não tem nada d'isto, não é o meio mais proprio para dar força ao governo, e pelo contrario, é-o para vexar os povos.

Tem-se dito que os que impugnam este projecto consideram o fisco como inimigo do povo, ao que se poderia retribuir com a asserção contraria; mas a verdade é que os que combatem o projecto consideram o fisco como o melhor amigo do povo, mas o fisco dignamente representado. Se em logar d'este mesquinho pedido viesse aqui dar-se uma melhor organização á junta dos repartidores, e se dissesse «o governo ha de ser bem representado, e é mesmo indispensavel que se crie lá um magistrado especial ou em cada districto, ou em cada comarca» elle, orador, votaria a despeza necessaria para isto, e já os contribuintes não teriam medo do fisco, porque seria dignamente representado.

Relativamente á influencia dos proprietários na junta dos repartidores, diz-se que elles são interessados. Este argumento seria aqui bem trazido por aquelles que não tivessem sustentado no relatório, e de palavra, que os proprietários nas juntas dos repartidores nada têm feito, e se têm entregado nas mãos do escrivão de fazenda. Pois se tres proprietários nada trabalhavam, como se dirá que dois trabalhavam mais? Quem diz que hoje o escrivão de fazenda é quem faz tudo, não tem direito a dizer que exijamos do escrivão de fazenda mais do que o que elle está fazendo, e mal. Em todo o caso a ter de escolher, preferiria a ingerencia dos proprietários, porque ha de ser menos perniciosa.

Falla-se no artigo 3.º em recursos, mas effectivamente n'este projecto não ha recurso; pôde haver algum, ainda que mesquinho, para o rico, mas para o pobre não ha nenhum recurso. O recurso para o escrivão de fazenda na junta dos repartidores é inutil, como já o têm demonstrado os illustres deputados que têm combatido o projecto. O recurso para o conselho d'estado só pôde aproveitar a algum mais privilegiado, que não o pobre, e assim mesmo não tem a amplitude que devesse ter, nem pôde ter expediente, porque bastam os recursos do recrutamento para embaraçar o conselho d'estado.

A garantia maior que ha n'esta materia está na respeitabilidade de quem julga, e na largueza do meio de recurso; e nem uma nem outra cousa figura n'este projecto.

Portanto vota pela proposta do sr. Rocha Peixoto, que assignou, restabelecendo as attribuições do conselho de districto. Parece-lhe que ha um desejo de annullar os conselhos de districto como juizes ordinarios do contencioso administrativo, no que encontra uma injustiça, e observa que a primeira vez que ouviu fallar em escandalos com relação aos tribunaes administrativos, foi quando teve a honra de ouvir fallar o sr. relator da commissão. Apresentem-se outras razões, alleguem-se outros motivos para tirar esta questão do conselho de districto, mas não se diga que tribunaes, que de graça administram justiça, o estão fazendo com escandalo, que é uma injustiça feita a corporações respeitáveis.

Parece-lhe ter dito o sufficiente para fundamentar o seu voto, e mostrar a razão porque vota contra os artigos 2.º e 3.º do projecto, e, terminando, pede desculpa ao sr. Pinto Martins de não responder a cada um dos seus argumentos em especial, porque se acha muito fatigado.

O sr. Bivar:—requer que se julgue a materia descuida.

Consultada a camara, resolve affirmativamente.

O sr. Rocha Peixoto:—requer votação nominal sobre o artigo 2.º

É approvado.

O sr. Presidente:—diz que os senhores que approvam o artigo 2.º dizem *approvo*, e os que não approvam dizem *rejeito*.

Feita a chamada dizem *approvo* os srs. Cancellia, Balduino, Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Correia Caldeira, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Avila, Barros e Sá, Couto Monteiro, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Sampaio, Santos Lessa, Sousa Azevedo, Palmeirim, Zefirino Rodrigues, Barão das Lages, Abanches, Castro Ferrer, C. J. Nunes, Conde da Torre, Custodio de Faria, Justino da Costa, Diogo Forjaz, Silva Cunha, Mousinho de Albuquerque, Filipe Folque, Bivar, Francisco Costa, Pinto Tavares, Gaspar Teixeira de Lacerda, Pereira de Carvalho de Abreu, Palma, Sousa Andrade, Gomes de Castro, Martins Ferrão, Mello Soares, Rebello Cabral, Sousa Machado, Neutel, Pinto de Magalhães, Lobo d'Avila, Dias Ferreira, Encarnação Coelho, Feijó, Chiripiano da Fonseca, J. M. de Abreu, Casal Ribeiro, Ponte e Horta, Silveira Menezes, Nogueira, Justino de Freitas, Luiz Albano, Camara Leme, Freitas Branco, Pinto Tavares, Penetra, Pinto Martins, Pedro Roberto, Nogueira Soares, Pinto da França, Thiago Horta, Thomás de Carvalho, Mello Gouveia, Mamede, Bartholomeu dos Martyres.

Dizem *rejeito* os srs. Affonso Botelho, Braamcamp, Alves Martins, Secco, Arrobas, Pequito, Pinto de Albuquerque, Vaz da Fonseca, Aristides, Xavier da Silva, Garcez, Carlos Bento, Pinto Coelho, Rebello de Carvalho, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Frederico de Mello, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Posser, Blanc (Hermenegildo), J. J. de Azevedo, Pessanha, Castro Portugal, Araújo, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Coelho de Car-

valho, Faria Guimarães, Infante Pessanha, Sousa, Pinto Basto, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Alarcão, Frazão, Rojão, Julio do Carvalho, Abóim Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, Menezes Pitta, Simão Maria de Almeida, Ferrer, Blanc (Viriato), Visconde de Portocarrero.

Fica portanto approvado o artigo por 69 votos contra 46.

O único do artigo é approvado.

Art. 3.º

O sr. Coelho do Amaral pede que sobre este artigo tambem haja votação nominal.

É approvado.

Posta a votos a emenda do sr. Pinto Coelho é rejeitada.

Passa-se á votação do artigo 3.º

Dizem *approvo* os srs. Balduino, Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Gonçalves de Freitas, Avila, Barros e Sá, Couto Monteiro, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Sampaio, Antonio de Serpa, Sousa Azevedo, Palmeirim, Zefirino Rodrigues, Barão das Lages, Abanches, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Conde da Torre, Custodio de Faria, Justino da Costa, Diogo Forjaz, Silva e Cunha, Mousinho de Albuquerque, Filipe Folque, Bivar, Francisco Costa, Pinto Tavares, Soares Franco, Pereira de Carvalho de Abreu, Palma, Gomes de Castro, Martins Ferrão, Mello Soares, Rebello Cabral, Sousa Machado, Calça e Pina, Neutel, Pinto de Magalhães, Dias Ferreira, Encarnação Coelho, Feijó, Chiripiano da Fonseca, J. M. de Abreu, Casal Ribeiro, Ponte e Horta, Silveira Menezes, Nogueira, Justino de Freitas, Luiz Albano, Camara Leme, Freitas Branco, Pinto Tavares, Penetra, Pinto Martins, Pedro Roberto, Nogueira Soares, Pinto da França, Thiago Horta, Thomás de Carvalho, Mello Gouveia, Mamede, Bartholomeu dos Martyres.

Dizem *rejeito* os srs. Affonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Braamcamp, Alves Martins, Gouveia Osorio, Henriques Secco, Arrobas, Pequito, Pinto de Albuquerque, Santos Lessa, Vaz da Fonseca, Aristides, Xavier da Silva, Garcez, Carlos Bento, Pinto Coelho, C. J. Nunes, Rebello de Carvalho, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Frederico de Mello, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Posser, Gaspar Teixeira, Blanc (Hermenegildo), Silva Andrade, J. J. de Azevedo, Almeida Pessanha, Castro Portugal, Araújo, Noronha Menezes, Coelho de Carvalho, Faria Guimarães, Infante Pessanha, Sousa Pinto Basto, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Alarcão, Frazão, Rojão, Julio do Carvalho, Abóim Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, Menezes Pitta, Simão Maria de Almeida, Ferrer, Blanc (Viriato), Visconde de Portocarrero.

Fica, portanto, approvado por 63 votos contra 52.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—manda para a mesa um parecer da commissão de obras publicas.

O sr. Presidente:—em conformidade da resolução da camara, para que, logo que estivesse presente o sr. ministro das obras publicas, se desse a palavra ao sr. Rebello Cabral, para dirigir algumas perguntas a s. ex.ª sobre o assumpto a que o sr. deputado então se referiu, dá a palavra a este sr. deputado.

O sr. Rebello Cabral:—requer, antes de entrar no assumpto, que se consulte a camara sobre se quer prorrogar a sessão até acabar o incidente de que se vae tratar.

Assim se resolve.

O sr. Thomás de Carvalho:—requer que se consulte a camara se consente que elle tome parte n'este incidente, visto que formulou uma interpeção a respeito do objecto do mesmo incidente.

Resolve-se affirmativamente.

O sr. Rebello Cabral:—consta-lhe que foram suprimidas tres estações no caminho de ferro de Lisboa á Ponte de Asseca, e são as de Alverca, Villa Nova da Rainha e Reguengos, e que se projecta acabar com a dos Olivares e por ventura com mais algumas.

Deseja pois saber se o governo consentiu n'esta supressão, porque entende que o empresario, em vista do contrato, não tem direito de fazer estas supressões, que os povos d'aquellas localidades denominam, e não sabe se poderá deixar tambem de as denominar de arbitrarías.

Ao empresario concederam-se-lhe direitos e impozeram-se-lhe obrigações, e uma d'ellas foi conservar o material fixo e circulante, e entrega-lo ao governo nas epochas que estão determinadas no contrato.

O governo quando fez o contrato, entendeu que era conveniente conservar as estações todas que havia n'este caminho de ferro, e portanto aquellas de que se trata; e assim o fez o mesmo governo quando por sua conta corria a direcção e exploração. O contrato foi approvedo pelo corpo legislativo debaixo d'este intuito, a fim de ficarem assim attendidos os interesses e commodidades dos povos.

E depois de ponderar os inconvenientes que resultavam aos povos da supressão d'estas ou de outras estações, e ignorando os motivos que houve para suprimir as estações a que se referiu, e com que direito o empresario procedeu por modo tão despoitico, deseja ouvir explicações da parte do sr. ministro acerca d'este grande e importante objecto, devendo cmittido declarar que se assim continua a execução do contrato, mal vae para o governo que o tolera, e alguns deputados não poderão continuar a prestar-lhe o seu apoio, porque se se continuar d'esta maneira, seria para elles uma decepção aquillo que approvaram de boa fé.

Tambem por esta occasião notará a s. ex.ª que lhe consta que a empresa tem despedido grande numero de empregados, inclusivamente muitos guardas, a ponto que os individuos que percorrem o caminho de ferro são possuídos de graves receios a respeito da segurança na exploração do mesmo caminho.

Aproveita tambem a occasião para pedir ao mesmo sr. ministro que o informe acerca da directriz que terá o caminho de ferro do norte; se s. ex.ª entende que a Ponte da Pedra é ponto forçado ou outro logar proximo, por isso que lhe consta que se estão fazendo estudos em relação a duas ou tres directrices; contudo o que mais especialmente deseja saber, é se o governo entende que a directriz deve ir pelos Cabacos, como é mais conveniente que se faça.

Em resumo pergunta ao governo se as estações a que se referiu estão suspensas por ordem ou com consentimento do governo; se o governo entende que o empresario tem direito para suprimir estas e as estações que quizer; e se entende que o empresario tem obrigação de restituir todo o material fixo e circulante e edificios que existam.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—responde ao illustre deputado immediatamente, como costuma responder sempre na camara quando se lhe faz alguma pergunta; entretanto não deixa de notar a irregularidade de se lhe fazer uma interpeção sem ser avisado previamente do objecto, a fim de trazer alguns documentos, o que porém n'este momento não é preciso.

Respondendo, pois, ao illustre deputado, dirá que a camara não suspendeu arbitrariamente as estações a que s. ex.ª alludiu. A camara pediu a suspensão d'estas estações e de mais algumas, o que lhe não foi permitido.

Todas as pessoas sabem o que é um caminho de ferro, conhecem que é impossivel um caminho de ferro com tantas estações e tão proximas, como as que tem o caminho de ferro de Lisboa á Ponte de

Asseca; havendo tantas estações, o caminho de ferro deixa de ter as vantagens que d'elle se devem tirar, e para que foi construido, que é a celeridade das communicações. No caminho ferro que terá de ir ao Porto não se podem ter tantas estações. Com a supressão das tres estações, a que se referiu o illustre deputado, já se lucram vinte minutos de menos demora desde Lisboa á Ponte de Asseca, o que não é uma cousa insignificante.

Não foi acto puramente da camara a supressão d'aquellas estações; a camara pediu ao governo, e o governo permitiu essa supressão. A camara pediu mais, mas não se lhe pôde conceder, porque o governo entendeu, que não devia permitir a supressão de nenhuma outra estação. Mas o governo não fez a concessão de se suprimirem tres estações sem consultar primeiramente as pessoas competentes; consultou o seu fiscal da exploração n'aquelle caminho, e foi sob informação d'esse fiscal que se permitiu a supressão d'aquellas tres estações.

Ora, quando se approvou o contrato, não se approvou que ficassem aquellas tres estações, ou outras; isso ficou para ser regulado segundo os interesses do paiz, e sem prejuizo da camara. É muito pequeno o interesse que têm os povos d'aquellas localidades em relação ao interesse e vantagem que o paiz em geral tira da brevidade do transitio. O interesse geral do paiz é andar depressa, e é impossivel andar depressa com tantas estações como aquellas que havia de Lisboa á Ponte de Asseca.

É verdade que actualmente não havia grande inconveniente na existencia d'estas estações; entretanto para o futuro não podiam deixar de se suprimir estas a que se tem alludido, e mais algumas; e isto para que o caminho de ferro possa ser caminho de ferro, para que as viagens se façam depressa; e visto ter de se suprimirem estas estações para o futuro, o governo julgou vantajoso não guardar para mais tarde a sua supressão. E deve até notar que a camara não está perdendo com estas estações, ao contrario antes está lucrando; portanto não foi em attenção aos interesses da camara, porque ella estava tirando algum lucro d'estas estações suprimidas. Só se teve em vista a celeridade do caminho de ferro.

Em quanto á circumstancia a que alludiu o illustre deputado, da camara ter despedido muitos empregados, e a exploração por isso poder trazer alguns inconvenientes, responde que é verdade que a camara tem despedido muitos empregados; entretanto o fiscal do governo informa que a exploração é feita com toda a regularidade, por consequencia a camara não é obrigada a conservar inutilidades. Se a exploração se faz com regularidade e segurança, o governo não tem mais nada a exigir da camara a este respeito.

Em quanto á directriz do caminho de ferro do norte, sobre que a camara tem mandado proceder a alguns estudos, não admira que n'um paiz tão accidentado, como o nosso, se façam diferentes estudos para a final se vala a melhor e mais conveniente directriz; entretanto dos estudos, a que a camara mandou proceder, ainda não subiu nenhum d'elles ao ministerio a seu cargo, e quando forem submettidos ao governo, este procederá de modo que mais convier aos interesses do paiz.

São estas as explicações que pôde dar ao illustre deputado.

Tendo varios srs. deputados pedido a palavra O sr. Presidente:—declara que em presença do regimento da casa não pôde dar a este incidente a forma de uma interpeção, sem que a camara assim o tenha primeiramente resolvido; nem pôde dar a palavra aos srs. que a tem pedido para tomar parte n'este incidente: portanto em occasião oportuna consultará a camara a este respeito.

O sr. Thomás de Carvalho:—ouve com muita attenção as declarações feitas pelo sr. ministro, que o não convenceram, como já o não tinham convencido, quando s. ex.ª lh'as fez por occasião de lhe apresentar a representação dos povos de Alverca.

Se na existencia das estações suprimidas não havia inconveniente nem prejuizo para a camara, como s. ex.ª dissera, não sabe a razão por que se fez esta supressão. Se a camara perdesse, ainda por equidade para com ella, podia ter logar a supressão; mas se não perde, se antes lucra, não comprehende porque razão se privam os povos d'aquellas localidades das vantagens e commodidades que lhes offerece o caminho de ferro, privando-os das estações que ali existiam.

Deseja que s. ex.ª ou alguém lhe diga, quaes são os interesses ou vantagens economicas que se podem tirar do encurtamento de tempo na distancia que vae de Lisboa á Ponte de Asseca?

Sabe que o caminho de ferro foi feito para andarem depressa por elle homens e mercadorias, mas é necessario que ao mesmo tempo seja barato.

A vantagem dos vinte minutos, a que s. ex.ª se referiu, que se gastarão de menos, será quasi nulla, por quanto desde o momento que as estações a que se tem alludido ficarem suprimidas, ou outras, os povos correrão ás estações distantes, e ahi a sua affluencia ha de causar a demora nas estações em que tiverem de entrar.

As estações, como foram estabelecidas, crearam interesses, e estes são feridos desde o momento em que taes estações se suprimirem. Pelo lado da economia, vê que a supressão d'estas estações não é precisa, porque a camara não perde; pelo lado da celeridade ganha-se muito pouco.

O governo supprimiu as estações de Alverca, Villa Nova e Reguengos, e para as suprimir consultou o fiscal do governo, mas não consultou, como devia consultar, os interesses dos povos d'aquellas localidades, que se offerecem a fazer quaesquer sacrificios pecuniarios, se tanto for preciso, para que aquellas estações continuem.

Os povos de Alverca disseram á camara que conservavam os empregados, e davam ainda á camara 300.000 réis, tanto era o interesse que elles têm na conservação da sua estação, e no entanto unicamente sob a consulta do fiscal foi ella suprimida.

Como representante d'aquelles povos não pôde deixar de fazer estas reflexões.

O sr. Ferrer:—o negocio é gravissimo, como a camara o reconheceu, e para elle ser tratado como merece, pede que seja convidado o sr. ministro das obras publicas a trazer á camara a representação da empresa, e o parecer a que s. ex.ª se referiu, e que depois se dê a palavra a todos os srs. deputados para que pedirem sobre este objecto (apoiados).

O sr. Rebello Cabral:—requer que, alem dos documentos que pede o illustre deputado, s. ex.ª traga toda a correspondencia do engenheiro, o sr. Aguiar, sobre a segurança d'aquelle caminho, e sobre os ultimos acontecimentos depois que o mesmo caminho foi entregue á empresa, para que o objecto seja decidido com todo o conhecimento de causa.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—está prompto a discutir desde já, ou amanhã, como a camara quizer, e trará todos os documentos que ha a este respeito.

O sr. Barros e Sá:—requer que fique o assumpto adiado para se tratar amanhã.

O sr. Presidente:—declarando que amanhã, logo que esteja presente o sr. ministro das obras publicas, continuará a tratar-se d'este assumpto de preferencia a outro qualquer na primeira parte da ordem do dia, e dando para ordem do dia de amanhã a continuação da mesma que estava dada, le-

vanta a sessão. — *Eram quatro horas e meia da tarde.*

#### RECTIFICAÇÃO

Declara-se que o projecto para a inteira abolição das corridas de touros foi enviado á commissão de administração publica, sendo ouvida, como requereu o sr. D. José de Alarcão, a commissão de agricultura.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 14 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Affonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Braamcamp, Coutinho e Vasconcellos, Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Henriques Secco, Arrobas, Couto Monteiro, Pequito, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Rodrigues Sampaio, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Zefirino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Ferrer, Pinto Coelho, conde da Torre, Custodio de Faria, Custodio Rebello, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Mousinho, Filipe Brandão, Barros, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Rodrigues Batalha, Jacinto de Andrade, Gomes de Castro, Mello e Minas, João José de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, João Rebello, Castro Portugal, Calça e Pina, Mamede, Neutel, Pinto de Magalhães, José Antonio Maia, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, D. José de Alarcão, José Maria de Abreu, Rojão, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Abóim, Luiz Albano, Rebello da Silva, Freitas Branco, Pinto Tavares (Luiz), Affonso, Azevedo Pinto, Mariano Feio, Monteiro Castello Branco, Placido, Simão de Almeida, Ferrer, Veriato Blanc, visconde de Pindella.

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

Coimbra — Na correspondencia particular, que d'esta cidade é dirigida ao *Jornal do Porto*, encontra-se a noticia que em seguida transcrevemos, acerca do fatal incendio que na noite de 9 para 10 do corrente inquietou os habitantes d'esta cidade:

«Na noite passada, logo depois da meia noite, manifestou-se aqui um horroroso incendio. O fogo, lançado por descuido n'uma guarda roupa, pegára n'um quarto da casa do sr. Manuel dos Santos Pereira Jardim (lente de philosophia) na Couraça de Lisboa, e communicara-se com incrível rapidez a toda a casa, formando esta, dentro em pouco, uma grande fogueira, cujo aspecto não deixava esperanças de salvar alguma cousa do predio incendiado, e a qual ameaçava destruir todo o quarteirão de que o mesmo predio fazia parte.

«Espalhou-se logo o alarme pela cidade, os sinos começaram a tocar apressadamente, mas quando as bombas chegaram o fogo erguia-se já em columnas enormes, que iam cada vez mais augmentando em extensão, pela falta de aguas que havia, devida á distancia a que se achavam as fontes e o rio.

«Reuniu-se no logar do sinistro immenso concurso de gente, mas a rapidez, com que o fogo se ateára, espalhou tambem um terror panico em todos os habitantes dos predios vizinhos, e tratou-se primeiro que tudo de salvar os moveis d'elles, tirando-os para a rua, sem se fazer convergir todos os esforços para se dominar e isolar o incendio.

«Felizmente esta idéa apresentou-se dentro em pouco, e, ainda que desordenadamente, todos trabalharam com verdadeira dedicação, conseguindo-se evitar que ficasse destruido um quarteirão de casas, cuja perda a principio se julgou irremediavel.

«Não especificaremos os nomes dos que mais viços trabalharam, diremos só que a academia se distinguuiu pelo valioso auxilio que prestou, como costumam prestar em occasiões taes.»

Pinhel — No dia 8 do corrente, pelas sete horas da noite, conforme escreve o *Viriato*, falleceu o ex.º sr. Antonio dos Santos Leal, vigário geral e governador d'este bispado. O mesmo jornal acrescenta que o sr. Leal era um ecclesiastico de uma reconhecida probidade, e de grandes e eminentes virtudes.

Aveiro — No *Campo das Provincias* encontram-se as seguintes noticias agricolas com relação a este districto:

«Continua sendo satisfatorio o aspecto das ceareas em geral. As arvores de fructo tambem apresentam uma apparencia animadora. As oliveiras pela maior parte dão esperanças pela muita nascença brotada. Com relação aos batates, consta-nos que em alguns pontos têm apparecido symptomas da molestia, porém em pequeno ponto por ora.»

Villa Nova de Famalicão — A feira annual d'esta villa, que costuma ser, como foi este anno, no dia 8, esteve muito concorrida, conforme diz o *Commercio do Porto*, affluindo ali muito gado vaccum e cavallos, e d'este algum muito bom, fazendo-se bastantes transacções.

Guimarães — O *Conciliador* havia indicado alguns melhoramentos que se iam fazer na estrada das Caldas de Vizella. No seu ultimo numero já este jornal dá a agradável noticia de que as obras tendentes a esses melhoramentos já tinham começado.

«No mesmo jornal lê-se o seguinte:

«A hora em que estamos escrevendo despoza-se Guimarães para ir ver chegar a primeira diligencia, que hoje chega da cidade do Porto aqui pela estrada de Villa Nova. Dizem-nos que á sua chegada ha demonstrações de regosio. Bom é, para que se conheça que Guimarães sabe apreciar os beneficios da boa viação.

«As onze horas da manhã chegou a diligencia: houve foguetes e musica na estrada.

«São das da tarde, e está tocando a musica na praça da Oliveira, em frente da hospedaria onde está a direcção.»

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 11 do corrente, e de Paris até 8.

## NOTÍCIAS COMMERCIAES

Mapa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 9 de maio

DESTINO	VITELLAS			FICARAM EXISTINDO			VITELLAS			GADO		
	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL
Existiam.....	32	-	32	-	16	16	8	39	-	39	-	-
Entraram.....	295	62	357	31	18	49	443	-	-	-	-	6
Mortos.....	287	62	349	31	24	55	414	-	-	-	-	6
Reprovados.....	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

N.B. Fizeram-se desbastes em 33 ocellas, e uma limpeza n'uma forsurra, no todo. Foi a enterrar 1 rez do marchante, Candido José dos Anjos.

Casa da administração, em 10 de maio de 1860. — O fiscal, Manuel Antonio de Pena.

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 13 de maio

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Visconde de Athoguia, paquete portuguez a va-

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

#### DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Marselha, 9 de maio — Não ha ainda noticia de que Garibaldi desembarcasse na Sicilia. De Leone partiu uma esquadra de vapores para o sul.

Turim, 9 — Em consequencia de se ter aberto uma subscrição a favor do summo pontifice, o partido exaltado abriu outra para favorecer a insurreição siciliana.

Berlin, 9 — A camara dos deputados aceita com pequenas modificações os projectos militares do governo.

Vienna, 9 — Segundo diz o *Wanderer*, o conde Apponye e o conde húngaro Barkieji recusaram a honra de formarem parte do conselho do imperio.

Em Vienna supplem muitas pessoas, que o conde de Cavour e a Inglaterra favorecem a empresa de Garibaldi.

Paris, 9 — Os jornaes ministeriaes continuam reprovando o procedimento de Garibaldi, e creem que a sua tentativa terá resultados funestos.

O jornal official da Belgica desmente o boato de que o governo tenciona proceder á compra da ilha de Chypre.

Marselha, 10 — Na Sicilia está de todo restabelecida a tranquillidade. Esperam-se concessões, por parte do governo, que serão bem acolhidas pela opinião publica.

### HESPAÑIA

No dia 11 do corrente devia o exercito hespanhol da Africa fazer a sua entrada triumphante em Madrid, desfilando do acampamento de Amiel, onde no dia 10 se achavam reunidas todas as tropas que successivamente têm chegado do theatro da guerra.

O duque de Tetuão partiu no dia 10 de Aranjuez para Amiel, acompanhado pelo marquez del Duero, pelos generaes Concha, Hoyos, conde de la Canada e outros, e por muitos officiaes e ajudantes de campo.

Sua magestade a rainha era tambem ali esperada na manhã do dia 11, a fim de assistir ás evoluções de marchas, devendo depois retirar-se ao seu palacio, para ver desfilar as tropas em continencia.

Um jornal hespanhol dá os seguintes promenos relativos ao acampamento de Amiel:

«Situação n'uma immensa planicie, a cinco kilometros do Madrid, o acampamento apresenta um aspecto verdadeiramente bello.

**Marinha Grande**, hiato do Arsenal, mestre S. Gonçalves, da Costa da Vieira em 6 dias, com madeira; 11 praças de guarnição.

**Tagus**, paquete inglez a vapor, capitão W. B. Hall, de Southampton em 6 dias e 2 horas, e de Vigo em 32 horas, com diferentes generos, a A. Wan Zeller; 56 pessoas de tripulação, 7 malas e 20 passageiros.

**Tyne**, paquete inglez a vapor, capitão J. H. Jellicoe, de Southampton em 4 dias, com diferentes generos, a A. Wan Zeller; 112 pessoas de tripulação, 8 malas e 112 passageiros.

**Dois Amigos**, hiato portuguez, mestre A. Lourenço, de Villa Nova de Portimão em 3 dias, com chumbo e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Francisco, Ignácio dos Reis, marítimos, portuguezes.

#### EMBARCAÇÕES SAÍDAS

**União**, barca portugueza, capitão J. da Rocha, para o Porto, com sal e encomendas; 16 pessoas de tripulação.

**Providence**, barca ingleza, capitão R. Howe, para Gluston, com mineral; 13 pessoas de tripulação.

**Emilie**, barca belga, capitão P. Glabbet, para Ostende, com sal; 11 pessoas de tripulação.

**Verwilling**, galeota hollandeza, capitão A. van der Heyden, para Vlaardingen, com sal, fruta, urzella e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

**Fernandes**, patacho portuguez, capitão J. J. R. Contente, para Liverpool, com batata, fructa e mais generos; 10 pessoas de tripulação.

Estes navios foram registrados hontem, e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Payo de Arcos.

**Eolus**, brigue sueco, capitão J. J. Sundsguit, para Sundswal, com sal; 12 pessoas de tripulação.

**Oliveira**, cahique portuguez, mestre M. Lopes, para Setubal, com cook e vasilhame; 13 pessoas de tripulação.

**Estrella de Ovar**, bateira, mestre F. C. dos Santos, para Setubal, com cereas e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

**União de Alaccer**, hiato portuguez, mestre J. I. Laborda, para Setubal, com vasilhame, madeira e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

**Estrella 4.**, hiato portuguez, mestre J. C. Valverde, para Setubal, com sal; 8 pessoas de tripulação.

**Providencia**, hiato portuguez, mestre J. A. Traquina, para Setubal, em lastro; 4 pessoas de tripulação.

**Oliveira**, hiato portuguez, mestre J. Marques, para Faro e Olhão, com trigo e milho; 6 pessoas de tripulação.

**Oliveira**, hiato portuguez, mestre J. de Freitas, para Vianna, com sal e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

**Vencedor**, hiato portuguez, mestre M. Antonio, para Faro e Olhão, com trigo, milho e vasilhame; 7 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: Luiz Lopes, Manuel Luiz, Antonio dos Santos, José Augusto, artistas, portuguezes.

**Notaris van Boeckeren**, galeota hollandeza, capitão J. Boon, para Setubal, com sal; 5 pessoas de tripulação.

**S. João Evangelista**, palhabor portuguez, mestre F. J. Collares, para a Figueira, em lastro; 9 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: Antonio dos Santos, Antonio Barão, marítimos; Maria Ignacia; portuguezes.

#### Dia 14

##### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

**Ligeira**, barca portugueza, capitão A. A. do Couto, do Rio de Janeiro em 50 dias, em lastro, a C. J. Bernardo; 16 pessoas de tripulação e 1 mala.

**Nereide**, barca portugueza, capitão N. A. de Oli-

veira, do Pará em 27 dias, com arroz, mel e mais generos, a S. J. de Abreu; 13 pessoas de tripulação, 1 mala e 4 passageiros, que são: tres menores, estudantes, com uma creada, portuguezes.

**Santa Rita**, cahique portuguez, mestre A. José, do mar das Areias, em 7 dias, com peixe salgado; 15 pessoas de tripulação.

**Ville de Malaga**, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, para Cadiz, Gibraltar e Malaga, com diferentes generos; 24 pessoas de tripulação, e 33 passageiros.

**Ville de Paris**, paquete francez a vapor, capitão A. Mahaud, para Vigo e Nantes, com diferentes generos; 24 pessoas de tripulação, e 40 passageiros.

**Tyne**, paquete inglez a vapor, capitão J. H. Jellicoe, para S. Vicente, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Montevideo e Buenos Ayres, com fazendas e encomendas; 112 pessoas de tripulação, e 177 passageiros.

**Lisboa**, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com diversas fazendas; 25 pessoas de tripulação, e 119 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 14 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

## NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

### OBSERVATORIO METEOROLOGICO

#### DO INFANTE D. LUIZ

##### NA ESCOLA POLYTECHNICA

MAIO-13	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	760,69	18,4	70,6	SO.
3 t.	758,72	20,0	67,6	OSO.

DIA 12.	Maxima—temperatura.....	21,4 C.
	Minima.....	14,0 "
	Ozone (de noite).....	9,0
	Ozone (de dia).....	8,0
	Chuva (udometro).....	2,1 Mil.
	Evaporação (vaporimetro).....	4,6 "
	Altura barométrica correcta.....	
	Altitude do barometro 95,1 metros.	
	Temperatura à sombra.....	

MAIO-14	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	758,02	18,2	76,6	SO.
3 t.	757,52	19,3	80,8	OSO.

DIA 13.	Maxima—temperatura.....	20,7 C.
	Minima.....	12,4 "
	Ozone (de noite).....	4,5
	Ozone (de dia).....	0,5
	Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
	Evaporação (vaporimetro).....	5,0 "
	Altura barométrica correcta.....	
	Altitude do barometro 95,1 metros.	
	Temperatura à sombra.....	

## AVISOS

### ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Continua na quarta-feira 16 do corrente, pelas

onze horas da manhã, o leilão de fazendas de algodão e linho, lenços de cambraia, coto, gomma copal, tapioca, couros, enfeites de cabeça de senhora, loiça, bandejas, papel, livros, potassa, vidros, pau para tinta, e varios outros objectos.

#### MONTE PIO GERAL

O ex.º conselheiro, presidente da assembleia geral, convida a mesma a reunir-se na proxima quarta-feira 16 do corrente, pelas sete e meia horas da tarde, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 10 de maio de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

#### CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quarta-feira 16 do corrente, pelas oito horas e meia da tarde. Ordem do dia—A mesma da sessão antecedente.—O secretario, J. A. Dias.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### SESSÃO DO JURY, EM QUE FOI JULGADO O PERIODICO—O AGAPITO

É um opusculo de perto de cem paginas, em 8.º francez grande, contendo na integra os depoimentos das testemunhas, discursos dos advogados e mais peças d'este processo.

Vende-se em Lisboa, nas lojas do costume, e no Porto, em casa do sr. J. A. Pinto da Silva, rua das Hortas, 144. Preço 300 réis.

Para as provincias será remetido, franco de porte, ás pessoas que previamente remetterem a sua importancia por meio de vales do correio, ou em estampilhas, ao administrador da typographia universal, rua dos Calafates, 110.

#### AS CINCO RARAS NOVELLAS

Saiu á luz a Collecção das cinco raras Novellas, em cada uma das quaes não é admittida certa letra vogal, sendo pois vedada na primeira o A, na segunda o E, na terceira o I, na quarta o O, e na quinta o U, por J. J. Bordalo. Estas cinco novellas tem por titulo: 1.ª—A quanto se expõe quem ama; 2.ª—O triumpho da virtude; 3.ª—Os assaltos da desventura; 4.ª—A credulidade femini; 5.ª—Os effeitos da impaciencia. É um elegante volume, que se vende por 480 réis na loja de Bordalo, rua Augusta n.º 20 e 22.

#### LEITURA RECREATIVA E BARATISSIMA

Acham-se á venda nas lojas dos srs. Lavado, rua Augusta n.º 8—Pereira, na mesma rua n.º 186—e Baptista, calçada do Cobre, defronte da rua Formosa, alguns exemplares do 2.º e 3.º volumes do *Recopilador*, edição que constou de 4 bellos volumes em 4.º grande, de 416 paginas cada um, a duas columnas. Qualquer dos volumes contem romances completos, e por isso se tornam independentes uns dos outros. Esta obra, impressa com muita nitidez, foi reputada a 18040 réis por volume; mas vende-se agora a 400 réis cada um, visto não estar completa; o que todavia não lhe abate muito do seu merecimento pelos motivos acima expostos. O interessantissimo romance, que occupa todo o 2.º volume, formava cinco tomos em francez, d'onde foi traduzido, e por isso se pôde avaliar da barateza da obra. O 3.º volume contem varios romances, todos elles de boa escolha, e em linguagem correcta. Esta obra não só se torna recommendavel ás pessoas que ain-

da a não leram, como áquellas a quem falte algum dos volumes aqui mencionados.

As pessoas das provincias que quizerem algum dos titulos volumes podem dirigir as suas reclamações, francas de porte, a qualquer das lojas acima mencionadas, augmentando no custo de cada volume 160 réis para estampilhas.

## ANNUNCIOS

1. PELO JUIZO DA 1.ª VARA, escrivão Sá, correu editos de trinta dias, a requerimento de D. Maria Emilia de Oliveira, solteira, menor, com autoridade de seu pae, e natural tutor, Manuel Eduardo de Oliveira, para se habilitar herdeira universal de D. Francisca de Salles de Figueiredo, e averbar em seu nome as inscrições da junta do credito publico, do capital de 100.000 réis cada uma, e dos n.ºs 1398 a 1404 inclusive, e 3855, 31.236 e 38501: quem tiver que se oppor á dita justificação e habilitação, o fará no dito prazo e cartorio do escrivão, com a pena de lançamento e revelia.

2. PELA 1.ª VARA, escrivão Sá, correu editos de dez dias, chamando quem direito tiver a oppor-se ao levantamento da receita lançada a fl. 184 do liv. 155 da 1.ª repartição, penhorada por D. Maria Rita Ferreira á sociedade de José Lucas de Almeida & C.ª

3. PELO JUIZO DA 2.ª VARA, escrivão Solano, correu editos de 30 dias, a requerimento de José Maria Coelho Falcão, para se habilitar herdeiro universal de D. Maria Lucia Pimentel, e averbar em seu nome onze inscrições da junta do credito publico, sendo nove do capital de 100.000 réis cada uma, e n.ºs 10.933 a 10.941 inclusive, e duas do capital de 500.000 réis cada uma, e n.ºs 6.322 e 6.323: quem tiver que se oppor á dita justificação e habilitação o fará no dito prazo, e cartorio do escrivão, com a pena de lançamento e revelia.

4. PELO JUIZO DE DIREITO DA 3.ª VARA, escrivão Seita e Sá, correu editos de dez dias, pelos quaes são citados e chamados todos que se julguem com direito á quantia de 105.5623 réis, importancia liquida do trigo, cevada e palha, arrematados por execução com trato successivo que move D. Olympia Nunes Cardoso, autorizada por seu marido, contra Manuel Francisco Gravata, e sua mulher, e constante das recibos a fl. 324 e fl. 326 do liv. 157 da 2.ª repartição do credito publico, para virem ao dito juizo e cartorio no referido prazo, deduzirem o seu direito, pena de lançamento, e de se julgar livre e desembaraçada para a dita execução.

5. PELO JUIZO ORPHANOLOGICO do bairro do Rio, escrivão Continho, correu editos de trinta dias, citando a requerimento de Matias José, quem se julgue com direito a uma vinha e pinhal no sitio da Requeija, freguezia de Colares, denominada da Requeija, pelo annunciente arrematada, e que pertencia ao casal do finado Vicente Silveira Maciel, e que ao casal d'este veio por legado deixado a sua mulher, D. Maria Marcellina Quintella da Silva, pelo vice-almirante, conselheiro d'estado, Ignacio da Costa Quintella, para no prazo dos editos o deduzirem sobre o producto da arrematação, estando no deposito publico, e carregado em receita a fl. 8 do liv. 16 dos orphãos, pena de lançamento e revelia, e serem os bens julgados livres e desembaraçados para o arrematante.

6. PELO JUIZO ORPHANOLOGICO do 2.º bairro, e cartorio do escrivão Martins, se ha de proceder á alienação do espólio fisco do fallecido Gabriel Pereira Rangel, no dia 23 do corrente mez, ás onze horas da manhã, no tribunal da Boa Hora.

7. NO CARTORIO DO ESCRIVÃO FREITAS, da comarca de Santo Thyrsio, correu editos de quinze dias, para a requerimento de Maria Luiza da Silva, a requerimento de Maria Luiza da Silva, autorizada por seu marido Joaquim Ferreira da Silva, por si, e como procuradora de sua irmã e cunhada, Justina Luiza da Silva, e marido Manuel da Silva, todos de S. Mamede do Coronado. Os interessados que se julgarem com melhor direito devem comparecer na primeira audiencia, depois da affixação dos editos e ultimo annuncio, para verem offerecer artigos de habilitação e justificação, pena de lançamento.

8. NO DIA 18 DO CORRENTE, ao meio dia, na secretaria do tribunal do commercio de primeira instancia, se ha de ultimar a verificação dos creditos á massa fallida de Manuel da Costa Marques, e proceder-se á votação da concordata offerecida pelo fallido.

9. EM ADDICIONAMENTO AO ANNUNCIO N.º 5 lançado no *Diario* de sexta-feira, 11 do corrente mez, se declara que a execução é movida por Maximino da Silva Abrahães contra o ex.º marquez de Niza.

#### EDITAL

10. A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Almada faz publico que, pelas doze horas da manhã do dia 26 do corrente, ha de vistoriar, e fazer medir e avaliar, a requerimento de Antonio Mayer Junior, um terreno situado em frente do chafariz da Fonte da Pipa, na freguezia de S. Thiago, a fim do mesmo terreno, depois de observadas todas as formalidades legais, ser dado de aforamento, se assim convier. E para conhecimento do publico se passou o presente. Almada, 10 de maio de 1860.—O presidente, Francisco Ignacio Lopes.

11. A COMMISSÃO da irmandade do Santissimo de Santa Justa, na conformidade do compromisso, convida todos os irmãos a comparecerem na casa do despacho da mesma irmandade, pelas doze horas do dia 17 do corrente, a fim de se votarem os eleitores que hão de organizar a mesa que ha de servir no anno economico de 1860 a 1861. Lisboa, 14 de maio de 1860.—O secretario da commissão, Augusto Jacques de Magalhães Machado.

12. POR CAUSA DE NEGOCIOS, transações, correspondencias, etc. do 1.º de junho d'este anno em diante, mr. Paulo Plantier, antigo livreiro de Sua Magestade a Rainha, D. Maria II, que Deus haja, tomou o nome de Paulo Plantier do Pombal, que já tomou desde 1854, para o distinguir de seu filho Paulo Plantier, estabelecido em Lisboa, etc. Almada, 14 de maio de 1860.—Paulo Plantier do Pombal.

13. NA QUARTA-FEIRA 16 DO CORRENTE, das duas para as tres horas da tarde, na casa da praça do commercio d'cidade, A. Larque, capitão do brigue francez *Alfred*, autorizada pelo consulo de França, procederá a leilão (a quem por menor premio o fizer) de um emprestimo a risco marítimo de réis 1.700.000, moeda sonante, pouco mais ou menos, que precisa para pagamento de despesas no porto d'esta cidade, onde arribou, na presente viagem de Marsella, conduzindo um carregamento de diversos generos, para Dunkerque. As condições estarão patentes no dia e local do leilão. Corretor, Gavazzo. Lisboa, 12 de maio de 1860.

14. NO DIA 19 DO CORRENTE, pelas onze horas da manhã, no largo da Esperança, n.º , em presença do juiz do tribunal do commercio d'esta cidade, se ha de proceder á arrematação de varias fazendas da classe de lençaria, e outras, bem como da arrematação da loja, tudo pertencente á massa fallida de José Candido de Mattos Ferreira.

15. NA TARDE DE 21 DO CORRENTE, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se hão de arrematar, para latas com doce, cinco barris com mantiga, e uma pequena porção de papel de embrulhar, avaliados tudo em 205200 réis. Escrivão da arrematação Silva.

16. NO DIA 23 DO CORRENTE, ás tres horas, na praça do deposito publico, ha almoceda de moveis penhorados a D. Joaquina Emilia do Carmo, a requerimento de Joaquim João da Costa, pela 1.ª vara, escrivão Jacome.—O escrivão da arrematação, Cruz.

17. NO DIA 25 DO CORRENTE, pelo meio dia, na Carreirinha do Socorro, n.º 15 a 20 antigos, e modernos n.ºs 34 e 36, freguezia do Socorro, se ha de proceder á venda em leilão dos moveis, vasilhame, liquidos, armação do armazem, e outros objectos, tudo pertencente á massa fallida de Joaquim Barbosa Lima.

18. AMANHÃ 16, ás onze horas, na rua das Pedras Negras, n.º 2: consta de mobilia estofada, ricos objectos de cobre esmaltado, jardineira de mosaico, estatuas e vasos de marmore de Italia, espelhos, oratorio, étages, leitos de ferro e á franceza, louças, cristaes, fogões, etc.

## ESPECTACULOS

### THEATRO DE D. MARIA II

Hoje 15 de maio: *Abençoada lagrimas*. A primeira representação da *Viuda de quinze annos—Dito e feito*.

Principia ás 8 horas e 1 quarto.

### THEATRO DE VARIEDADES

Hoje 15 de maio: *Erros da mocidade—O cantor improvisado—Por causa de um par de botas—variações de flauta (em obsequio) pelo sr. Innocencio Victor Chaves—variações de sax-ofone (em obsequio) pelo sr. Luiz José Migueis*.

Principia ás 8 horas e 1 quarto.

## OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 43' 45" N. Longitude + 9° 8' 49" W. Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Tejo 4.226

### MAGNETISMO TERRESTRE

1860	DECLINAÇÃO O.									INCLINAÇÃO N.			NOTAS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
	JANEIRO			FEVEREIRO			MARÇO			JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	Declinações absolutas, tendo-se previamente tirado a torsão do fio de suspensão	Janeiro em..... 1 Fevereiro em..... 2 Março em..... 3																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
	HORAS DO OBSERVATORIO		VARIACÕES DIARIAS	HORAS DO OBSERVATORIO		VARIACÕES DIARIAS	HORAS DO OBSERVATORIO		VARIACÕES DIARIAS	HORAS DO OBSERVATORIO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
	DIAS	8 h. da manhã	2 h. da tarde	8 h. da manhã	2 h. da tarde	8 h. da manhã	2 h. da tarde	2 h. da tarde	2 h. da tarde	2 h. da tarde																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
1	21° 29',1	21° 34',6	5',5	21° 26',6	21° 35',4	8',8	21° 27',2	21° 34',2	7',0				60° 38',00	60° 36',46	60° 36',19	37,44	41,87	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62	38,00	37,62